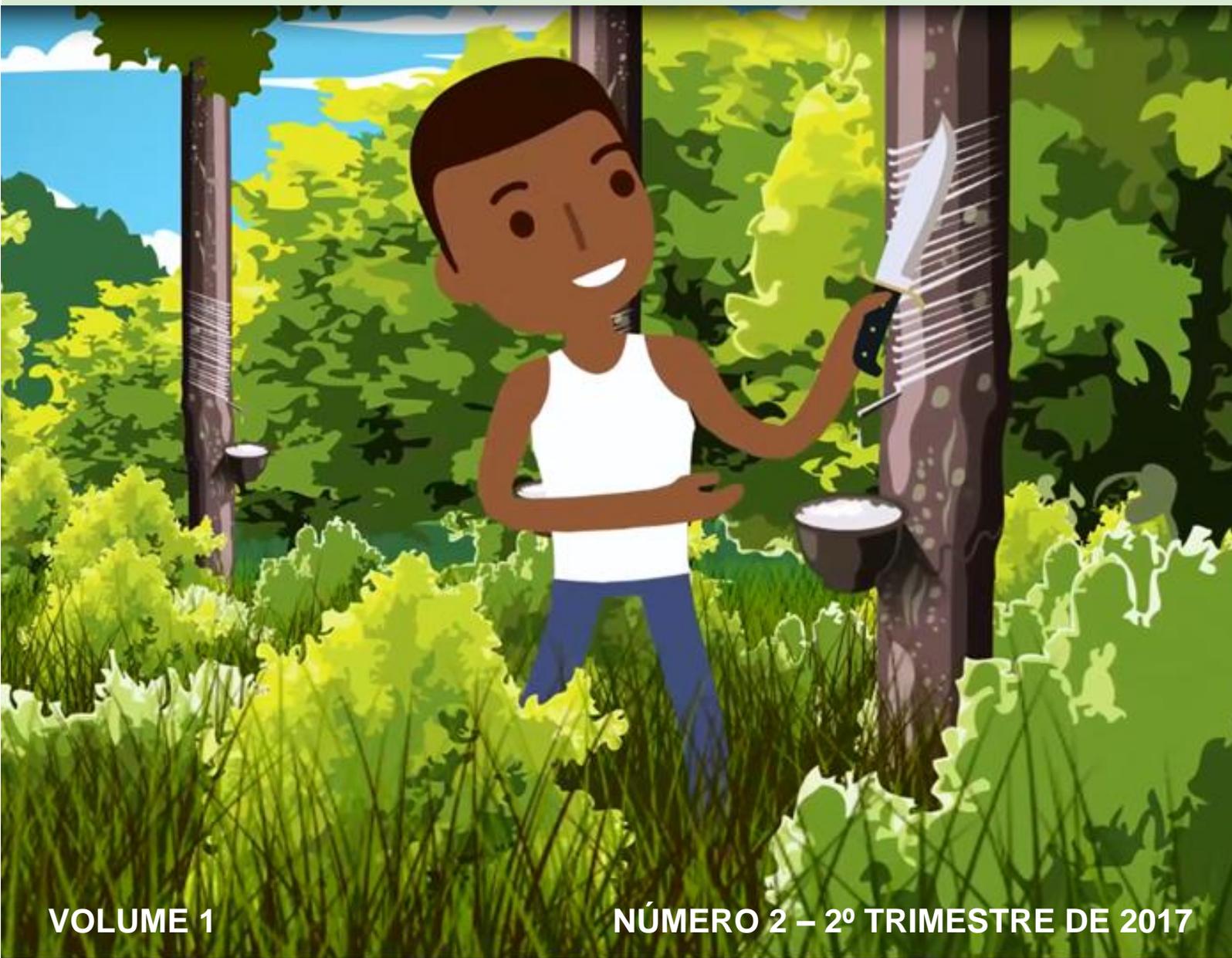




PGPM-Bio

BOLETIM DA SOCIOBIODIVERSIDADE



VOLUME 1

NÚMERO 2 – 2º TRIMESTRE DE 2017



Conab Companhia Nacional de Abastecimento

Presidente da República

Michel Temer

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Blairo Maggi

Presidência da Companhia Nacional de Abastecimento

Francisco Marcelo Rodrigues Bezerra

Diretoria de Gestão de Pessoas

Marcus Luis Hartmann

Diretoria de Operações e Abastecimento

Jorge Luiz Andrade da Silva

Diretoria Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

Danilo Borges dos Santos

Diretoria de Política Agrícola e Informações

Cleide Edvirges Santos Laia

Superintendência da Agricultura Familiar

Wellington Silva Teixeira

Gerência de Produtos da Sociobiodiversidade

Ianelli Sobral Loureiro



PGPM-Bio

BOLETIM DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Volume 1, Número 2
2º trimestre de 2017

ISSN: 2527-1598

B. Sociobiodiversidade, v. 1, n. 2, p. 1-61, abr. /maio. /jun. 2017



Conab Companhia Nacional de Abastecimento

Copyright © 2017 – Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.
Disponível também em: <<http://www.conab.gov.br>>
Depósito Legal junto à Biblioteca Josué de Castro
Impresso no Brasil
ISSN: 2527-1598

O Boletim da Sociobiodiversidade é uma publicação trimestral da Companhia Nacional de Abastecimento cujo objetivo é apresentar informações de biomas brasileiros, conjunturais de mercado de produtos da sociobiodiversidade e o relatório de operações executadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade.

Supervisão: Ianelli Sobral Loureiro, Wellington Silva Teixeira e Stelito de Assis dos Reis Neto

Elaboração: Ianelli Sobral Loureiro, Ana Rita Lopes Farias Freddo, Ênio Carlos Moura de Souza, Humberto Lôbo Pennacchio, Augusto de Andrade Oliveira.

Projeto gráfico: Guilherme Rodrigues

Normalização: Narda Paula Mendes – CRB-1/562, Thelma Das Graças Fernandes Sousa - CRB-1/1843

Catálogo na publicação: Equipe da Biblioteca Josué de Castro

631:502(81)(05)
C737b

Companhia Nacional de Abastecimento.
Boletim da Sociobiodiversidade / Companhia Nacional de Abastecimento. – v. 1, n.2 (2017-).
- Brasília: Conab, 2017-

Trimestral

ISSN: 2527-1598

1. Biodiversidade. 2. Agronegócio. I.Título

Distribuição:

Companhia Nacional de Abastecimento
SGAS Quadra 901 Bloco A Lote 69, Ed. Conab - 70390-010 – Brasília – DF
(61) 3312-6262
<http://www.conab.gov.br> / sugof@conab.gov.br

SUMÁRIO

Bioma	7
Conjunturas de mercado	12
Açaí.....	13
Andiroba	18
Babaçu	20
Borracha Extrativista	24
Cacau	26
Castanha do Brasil.....	31
Juçara	34
Mangaba.....	39
Piaçava	41
Pinhão.....	45
Execução da PGPM-Bio.....	52

EDITORIAL

A Conab é conhecida pela sua interação com as cadeias produtivas do agronegócio e da sociobiodiversidade. A tradição se pauta em levantar informações de qualidade sobre os diversos mercados relacionados ao campo de atuação da empresa e as análises conjunturais são reconhecidas pelos diferentes públicos e demais esferas do governo.

Nessa edição, os técnicos da companhia analisam os dados referentes às atividades do segundo trimestre de 2017 relativos aos produtos açaí, andiroba, babaçu, borracha extrativa, cacau, castanha do Brasil, juçara, mangaba, piaçava e pinhão.

Estes produtos fazem parte da Política de Garantia de Preços Mínimos para Sociobiodiversidade e a análise desses mercados corroboram para o aprimoramento das políticas públicas voltadas a esse segmento, além de subsidiar com informações os atores envolvidos nessas cadeias produtivas.

BIOMA

Mata Atlântica

1. Aspectos Ambientais e a Importância da preservação do bioma para a sociedade

O Bioma Mata Atlântica e seus ecossistemas associados envolvem uma área de 1,1 milhão de km² (13% do território brasileiro). Contudo, em virtude de séculos de destruição ambiental, a área florestal da Mata Atlântica foi reduzida a apenas cerca de 218 mil km², altamente fragmentados. Não obstante, a Mata Atlântica ainda abriga parcela significativa da diversidade biológica do Brasil.

A Mata Atlântica é um bioma de floresta tropical que abrange a costa leste, sudeste e sul do Brasil, leste do Paraguai e a província de Misiones, na Argentina. O bioma é composto por vegetações remanescentes definidas como Mangues, Restingas, Campos de Altitude associados, brejos interioranos no Nordeste e as Florestas Ombrófila Densa; Ombrófila Aberta; Ombrófila Mista; Estacional Decidual; Estacional Semidecidual. Além da grande diversidade natural, existe também uma grande diversidade cultural e várias comunidades tradicionais como os quilombolas, indígenas, caiçaras, ribeirinhos, extrativistas, entre outros, que convivem com a natureza em uma relação de respeito, considerando que para esses povos tradicionais, em sua grande maioria, sua renda é auferida a partir dos recursos que a Mata Atlântica tem a oferecer.

No século XVI, época do descobrimento do Brasil, a Mata Atlântica era constituída por uma área de aproximadamente 1.315.460 km², distribuída por 17 estados do país, percorrendo toda a faixa litorânea que vai do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul. Esse Bioma foi sendo deteriorado ao longo dos anos pela exploração de sua biodiversidade para o comércio, como o do Pau-Brasil ou a sua substituição para dar lugar a monoculturas alguns séculos depois. Houve um momento na história em que a Mata Atlântica era desmatada à velocidade de 1 campo de futebol a cada 4 minutos, o que ocasionou o resultado atual, no qual restaram apenas cerca de 8% desse bioma, bem conservado em fragmentos acima de 100 hectares.

A Mata Atlântica é uma das áreas mais ricas em biodiversidade no planeta e conta com mais de 15 mil espécies de plantas, mais de 2 mil espécies de vertebrados catalogados, cerca de 300 espécies de mamíferos, 200 espécies de répteis, quase 1 mil espécies de aves e mais de 350 espécies de anfíbios e

peixes, segundo a SOS Mata Atlântica, além do que grande parte dessas espécies são caracterizadas como endêmicas, ou seja, só podem ser encontradas em determinado bioma, no caso a Mata Atlântica que por este motivo é considerada um Hotspot mundial.

Tabela 1: Desflorestamento da Mata Atlântica entre os anos 2015 e 2016

Desflorestamentos entre 2015-2016, em hectares*									
	UF	Área UF	Lei Mata Atlântica	% Bioma	Mata 2016	% mata	Desmatamento 2015-2016	Desmatamento 2014-2015	Varição
1º	BA	56.473.404	17.988.595	32%	2.014.528	11,20%	12.288	3.997	207%
2º	MG	58.651.979	27.622.623	47%	2.836.004	10,30%	7.410	7.702	-4%
3º	PR	19.930.768	19.637.895	99%	2.283.731	11,60%	3.453	1.988	74%
4º	PI	25.157.775	2.661.841	11%	905.268	34,00%	3.125	2.926	7%
5º	SC	9.573.618	9.573.618	100%	2.204.983	23,00%	846	598	41%
6º	SP	24.822.624	17.072.755	69%	2.346.481	13,70%	698	45	1462%
7º	ES	4.609.503	4.609.503	100%	483.541	10,50%	330	153	116%
8º	MS	35.714.473	6.386.441	18%	706.841	11,10%	265	263	1%
9º	RS	26.876.641	13.857.127	52%	1.093.302	7,90%	245	160	53%
10º	SE	2.191.508	1.019.753	47%	70.166	6,90%	160	363	-56%
11º	GO	34.011.087	1.190.184	3%	30.386	2,60%	149	34	345%
12º	RJ	4.377.783	4.377.783	100%	819.584	18,70%	37	27	37%
13º	PB	5.646.963	599.487	11%	54.924	9,20%	32	11	206%
14º	PE	9.815.022	1.690.563	17%	197.181	11,70%	16	136	-88%
15º	AL	2.777.724	1.524.618	55%	143.433	9,40%	11	4	181%
16º	CE	14.892.047	866.120	6%	64.065	7,40%	9	3	149%
17º	RN	5.281.123	350.994	7%	12.219	3,50%	-	23	
TOTAL							29.075	18.433	57,70%

Fonte: Relatório Anual 2016 SOS Mata Atlântica

É possível identificar na tabela 1 que a Bahia foi o estado em que mais houve desmatamento no período de 2015-2016, com um aumento de 207%. Em seguida vêm o estado de Minas Gerais com um decréscimo de 4% e em terceiro lugar o Paraná com um aumento de 74% em relação ao ano anterior. Percebe-se que na grande maioria dos estados houve um aumento de desflorestamento nesse período, mas ainda assim 7 dos 17 estados conseguiram alcançar o nível de desmatamento ilegal zero.

Além disso grande parte da fauna e da flora desse bioma está em risco de extinção, sendo que das 633 espécies de animais ameaçadas de extinção no Brasil, 383 fazem parte desse meio. Nesse contexto, se torna muito importante preservar essa área, e proteger ao máximo essas espécies, o solo, os rios e nascentes.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente “uma grande diversidade de animais e plantas depende do que restou da Mata Atlântica para sobreviver. Atualmente apenas cerca de 6% da área da Mata Atlântica estão protegidos em Unidades de Conservação da Natureza, dos quais apenas 2% são Unidades de Conservação de proteção integral e 4% de uso sustentável. Este baixo percentual de Unidades de Conservação é hoje uma das principais lacunas para

a conservação da Mata Atlântica, no longo prazo. ” Por esse fato é de suma importância que as organizações, sejam elas governamentais ou não, e privadas, trabalhem em conjunto para preservar este ambiente, e é o que tem sido feito na Unidade de Conservação que está localizada no Parque Estadual da Serra do Mar através do Programa de Manejo Sustentável da Palmeira Juçara, executado pelo IPEMA (Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica).

Nesse sentido as políticas públicas, tais como a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade, a PGPM-Bio, que garante um patamar mínimo de preço aos produtos no momento da comercialização, e de projetos que valorizem os ativos florestais, promovendo a melhoria de renda de comunidades, são fundamentais para a manutenção e recuperação da mata atlântica.

O projeto Juçara, é um exemplo de um bom projeto e que teve início em 2005 com o foco no manejo da Juçara para a obtenção de sementes, no estado de São Paulo. Isso devido ao fato da Juçara, conhecida como Palmeira-Juçara, já ter sido uma das espécies arbóreas de maior abundância nesse bioma, e atualmente correr risco de extinção devido a exploração ilegal do palmito.

A proposta do projeto é que não se utilize a planta para a obtenção de palmito, mas sim dos frutos que tem característica semelhante ao açaí e vem conquistando mercado, além disso os produtores locais produzem mudas e comercializam sementes o projeto tem como enfoque a preservação ambiental e recuperação de espécies do bioma Mata Atlântico associado a atividades que geram renda aos moradores.

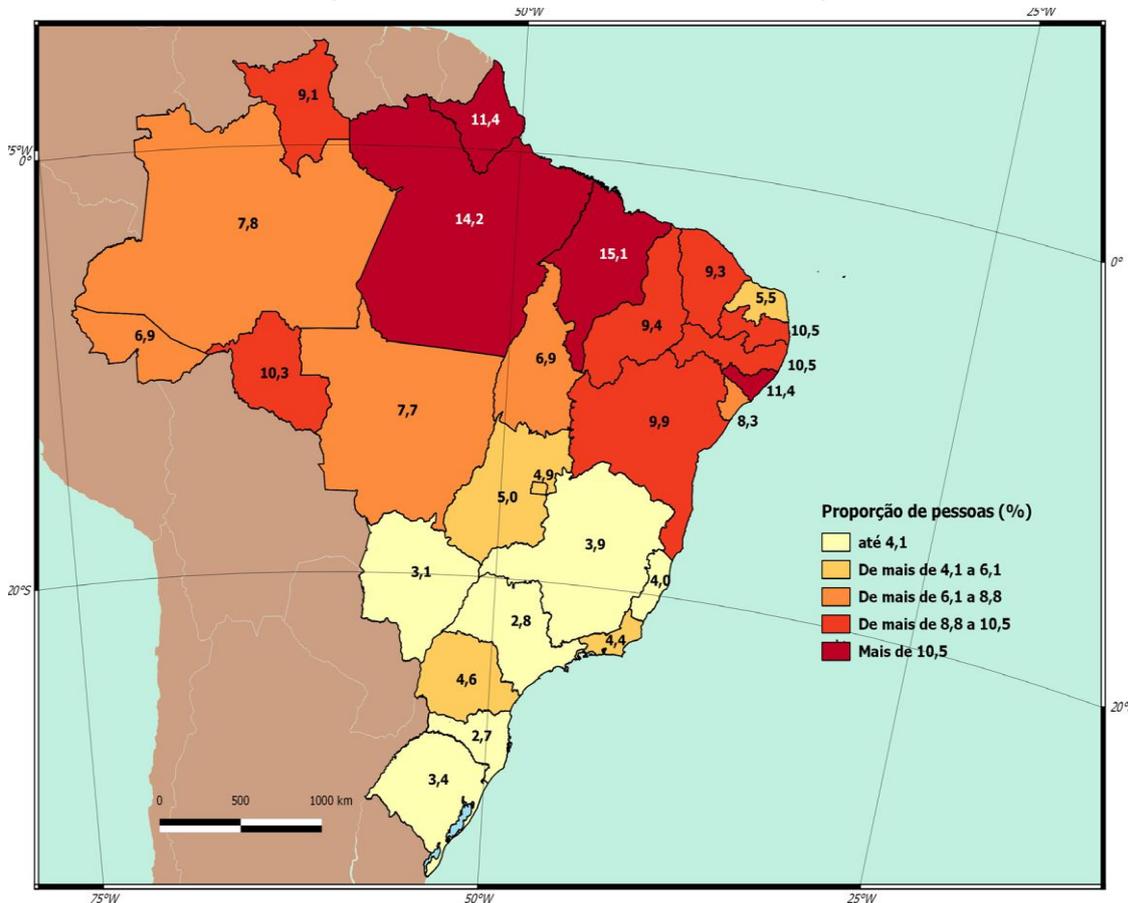
2. Aspectos Socioeconômicos do Bioma

No tocante às condições sociais englobando saúde, renda, entre outros, observa-se que a maioria dos estados que pertencem ao bioma Mata Atlântica encontram-se em situação mais favorável que o bioma amazônico, ou mesmo à caatinga, conforme análises de indicadores publicados pelo IBGE.

Assim, segundo a Análise das Condições de Vida da População Brasileira¹, realizada pelo IBGE, as regiões sul e sudeste apresentam uma proporção pequena de pessoas com autoavaliação da saúde em: regular, ruim e muito ruim, e que não foram ao médico nos últimos 12 meses, ao contrário das Regiões Norte e Nordeste, que possuem proporções bem elevadas para tal índice. As diferenças são significativas, pois, tal situação apresentou 15,1% da população adulta do Maranhão e 14,2% no Pará, entre as maiores exposições, contra 2,7%

e 2,8%, respectivamente, em Santa Catarina e São Paulo, conforme demonstrado no mapa abaixo.

Mapa 1 - proporção de pessoas com auto avaliação da saúde



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde, 2013.

Destacamos que na região de sul e sudeste, onde há presença dos maiores fragmentos de mata atlântica, é onde ocorrem atividades essenciais para a economia do país, como indústria, pesca, turismo, agricultura, extrativismo entre outros, e que, atualmente, congrega aproximadamente 114 milhões de brasileiros, ou seja, 60% da população nacional, onde são gerados aproximadamente 70% do PIB nacional.

3. Conclusão

Em que pese toda a degradação já ocorrida no bioma Mata Atlântica nos últimos séculos, é possível verificar que o desmatamento ainda continua. Nesse sentido, a implementação de políticas públicas que incentivem a preservação e regeneração da floresta, por meio da valorização dos seus produtos, são de extrema importância para este bioma, pois, permitirão um incremento na renda

de comunidades tradicionais, a partir da comercialização de produtos da sociobiodiversidade, tais como juçara, piaçava, entre outros. E desta forma é possível minimizar os problemas socioambientais, incentivando atividades sustentáveis e mostrando a toda população a importância da floresta para a toda sociedade.

CONJUNTURAS DE MERCADO

A Conab é conhecida pela sua interação com as cadeias produtivas do agronegócio e da sociobiodiversidade. A tradição em levantar informações de qualidade sobre os diversos mercados, relacionados ao campo de atuação da empresa, e as análises conjunturais são reconhecidas pelos diferentes públicos e demais esferas do governo.

Nessa sessão, os técnicos da companhia analisam os dados referentes às atividades do primeiro trimestre de 2017 relativos aos produtos açaí, andiroba, babaçu, borracha extrativista, cacau, castanha do Brasil, juçara, mangaba, piaçava e pinhão.

Estes produtos fazem parte da Política de Garantia de Preços Mínimos para Sociobiodiversidade e a análise desses mercados corroboram para o aprimoramento das políticas públicas voltadas a esse segmento, além de subsidiar com informações os atores envolvidos nessas cadeias produtivas.

ACAÍ

Ana Rita Lopes Farias Freddo

1. Panorama Nacional

O açazeiro (*Euterpe oleracea*, Mart.) é uma palmeira que ocorre nas florestas de várzea do estuário amazônico e em áreas úmidas de terra-firme, chamadas de grotas. Nas várzeas do estuário amazônico, os açazeiros apresentam grandes densidades e touceiras com elevado número de estirpes, convivendo em harmonia com as demais espécies que ocorrem na floresta. Neste ambiente, a produção de frutos é boa e ocorre naturalmente durante o ano todo, sendo que em alguns meses há produção de muitos frutos e em outros, poucos frutos, resultando em grande oscilação em seu preço (EMBRAPA, 2012)¹.

O “vinho”, obtido da fina camada de polpa que recobre o fruto, há muito tempo vem sendo o componente principal na alimentação diária dos ribeirinhos, além de ser apreciado pelos moradores locais das áreas urbanas. Nos últimos anos, após o açai ter se tornado conhecido pelas populações de outras regiões do país e do exterior, a procura pelos frutos aumentou, proporcionando uma alternativa de ocupação para toda a família, melhorando a renda monetária dos ribeirinhos. Entretanto, visando aumentar a população de açazeiros, outras árvores começaram a ser eliminadas, com reflexos negativos no equilíbrio da floresta (EMBRAPA, 2012).

1.1 Produção

De acordo com os últimos dados oficiais, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2015, a produção nacional de açai² foi de, aproximadamente, 216 mil toneladas de frutos, com valor movimentado de 480,6 milhões de reais, verificando, nos anos de 2012 a 2015, uma tendência ascendente de crescimento no valor médio pago pelo kg do produto (ver Boletim da Sociobiodiversidade, Volume 1, 1º Trimestre de 2017).

¹ EMBRAPA. **Guia prático de manejo de açazais para produção de frutos** – 2. ed. rev. amp. – Macapá: Embrapa Amapá, 2012. 36 p.: il.; 16 cm x 22 cm

² Plantado e extrativo

2. Análise de mercado

2.1. Tabela de preços

A Tabela 1 apresenta os preços médios pagos aos produtores extrativistas, pelo kg do açaí, em seis estados brasileiros. De um modo geral, observa-se um decréscimo dos preços no segundo trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano passado.

Os Estados do Acre, Amapá, Maranhão e Pará apresentaram aumento da oferta do açaí e, conseqüentemente, decréscimo nos preços recebidos pelos produtores extrativistas. O Amazonas foi o único estado que apresentou, nos dois primeiros meses do período analisado, aumento nos valores médios em decorrência da menor oferta do produto. Após esse período, houve um decréscimo de 3% no preço recebido pelo produtor extrativista amazonense ocasionado pelo aumento gradual da oferta desse produto. Já Rondônia, no segundo trimestre de 2016, não apresentou informação para essa variável.

Tabela 1 – Preço médio pago ao produtor extrativista pelo açaí (R\$/kg)

UF	2º TRIMESTRE DE 2016			2º TRIMESTRE DE 2017			VARIÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	abr/16	mai/16	jun/16	abr/17	mai/17	jun/17				
Acre	1,72	1,68	1,72	1,57	1,55	1,52	-9%	-8%	-12%	1,29
Amapá	3,33	3,22	1,41	1,99	1,43	1,36	-40%	-56%	-4%	
Amazonas	1,26	1,32	1,47	1,58	1,43	1,43	25%	8%	-3%	
Maranhão	3,30	3,58	3,44	2,89	2,85	2,76	-12%	-20%	-20%	
Pará	4,00	3,88	2,87	2,38	2,62	2,96	-41%	-32%	3%	
Rondônia	-	-	-	2,50	2,5	2,61	-	-	-	

Fonte: Siagro/Conab – Elaborado pela autora

2.2. Análise de mercado

Nos últimos dez anos, o açaí passou a ser comercializado, além das batedeiras, por supermercados, academias e lojas de redes de fast food, com o propósito de atender a novos nichos de mercado, envolvendo consumidores de maior poder aquisitivo. A motivação para o consumo de açaí sobrepuja a necessidade alimentar, pois incorpora questões culturais e, recentemente, os aspectos da estética e saúde, em função de elementos que o tornam um alimento funcional, por ser rico em fibras, vitaminas e antocianina, que atraem os consumidores seletivos e exigentes (Nogueira, A K.M et al, 2013³)

³ Nogueira, Ana Karlla Magalhães; Santana, A C e Garcia, Wilnália Souza (2013). **A dinâmica do mercado do açaí fruto no Estado do Pará: de 1994 a 2009.** Rev. Ceres vol. 60, n° 3. Viçosa. Maio/Jun 2013

Segundo a Staton & Company⁴, citando a reportagem “The Global Açaí Berry Market 2017”⁵, no primeiro semestre desse ano, as maiores empresas vendedoras de açaí, no mercado global, foram a Sambazon, Açaí Roots, Açaí Frooty, The Coca Cola Company, Nativo Açaí, Açaí Exotic LLC, Jama Juice Inc, Sunfood, Phyto Nutraceuticals e Naked Juice Company.

Já a Future Market Insights^{6,7} – FMI relata que, em termos de valor, o mercado do açaí é dominado por empresas como a Berry Company LLC, a Phtyto Nutraceutical Inc, a Jinan Felicity Biotechnology Co. Ltda e a Pharma Nutra USA, sendo que essas companhias vêm desenvolvendo estratégias de mercado, com fusões e aquisições, desenvolvimento de novos produtos e expansão para aumentar sua participação no mercado mundial de bebidas funcionais.

De acordo com a New York times Magazine, em seu artigo intitulado “The Superfood Gold Rush”⁸, depois da quinoa e da couve-de-folhas terem seus momentos de glória como “supercomidas” nos Estados Unidos, agora é a vez do açaí. Os americanos descobriram os benefícios e ganhos do produto e agora há um “boom” do açaí no mercado americano, cujo produto é encontrado em restaurantes de comida saudável na Califórnia e em outras partes do país.

Ainda de acordo com o artigo, a empresa Sambazon é hoje líder de exportação de sucos, polpa batida e “smoothies” feitos de açaí, monopolizando praticamente o mercado de exportação da fruta.

Têm-se, a seguir, um resumo dos principais pontos abordados na revista americana:

- a) no Brasil, o mercado doméstico de açaí está estruturado como um “jogo de passar o bastão”, onde se tem vários agentes (o extrativista, os atravessadores, os batedores, os comerciantes, os processadores locais e os distribuidores no eixo Rio e São Paulo) interagindo numa rede “fluida e descentralizada”, porém esses

⁴ A Staton & Company é uma agência americana de marketing e de relações públicas de serviço completo com sede em Los Angeles, Califórnia

⁵ <http://stanton-company.com/2017/06/29/sambazon-named-top-seller-of-global-acai-berry-market/>.

Acesso em 15/07/2017

⁶ A Future Market Insights (FMI) é uma empresa que fornece serviços de pesquisa e de consultoria que cobrem mercados globais, bem como regiões-chave específicas, como o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), Associação de Nações do Sudoeste Asiático (ANSEA) e os BRICs.

⁷ <http://www.futuremarketinsights.com/reports/acai-berry-market>. Acesso em 15/07/2017

⁸ <https://www.nytimes.com/2017/05/02/magazine/the-superfood-gold-rush.html>. Acesso em 15/07/2017

estágios da cadeia são frequentemente desconectados, seus trabalhadores desconhecidos e desinvestidos nas etapas que precedem, representando um risco para a sustentabilidade a longo prazo. Mas, por enquanto, essa economia “nascente” oferece barreiras pequenas para uma região que precisa de oportunidades;

- b) o boom do açaí não criou uma narrativa fácil de exploração visto que para os consumidores urbanos, em cidades como Belém, o custo do açaí aumentou acentuadamente. Por outro lado, para os ribeirinhos, a tendência significou um fluxo repentino de dinheiro, trazendo capital para cidades isoladas. Para aqueles que aprendem técnicas sustentáveis, o boom pode significar uma fonte de renda ao longo prazo para a região, para outros, impulsionados a ganhar dinheiro rápido, o boom pode permanecer apenas isso: um boom;
- c) à medida que a “mania do açaí” progrediu, até mesmo as multinacionais se encaixaram na tendência, com a Coca-Cola e a Pepsi agora vendendo bebidas à base de “açaí” e
- d) o mesmo fator que impulsiona o crescimento pela demanda desse produto pode também destruir a mesma ética saudável que fez o açaí atraente para os americanos, caso o produto deixe de ser explorado de forma sustentável e ajude as populações ribeirinhas.

3. Mercado institucional PAA

Conforme Tabela 2, em 2016, o PAA adquiriu, aproximadamente, 661,47 toneladas de açaí, seja em forma in natura ou polpa, no valor de um pouco mais de 1,5 milhão de reais, beneficiando agricultores familiares e/ou produtores extrativistas de seis estados. Apesar do Pará ser o maior produtor nacional, o Amapá foi a UF que mais fez entregas desse produto, totalizando, aproximadamente, 69% e 77% do valor e da quantidade total respectivamente.

Tabela 2 – Aquisições de açaí pelo PAA em 2016

RECURSO	MODALIDADE	UF	Produto	Classificação	Valor (R\$)	Qtd (kg)
MDS*	CDS**	AM	AÇAÍ	FRUTO	84.500,00	65.000
MDS	CDS	AM	AÇAÍ	FRUTO	6.500,00	5.000
MDS	CDS	AM	AÇAÍ	FRUTO	12.935,00	9.950
MDS	CDS	AP	AÇAÍ	NÃO INFORMADO	166.460,00	81.200
MDS	CDS	AP	AÇAÍ	FRUTO	71.668,00	34.960
MDS	CDS	AP	AÇAÍ	IN NATURA	14.069,15	6.863
MDS	CDS	AP	AÇAÍ	IN NATURA	6.158,20	3.004
MDS	CDS	AP	AÇAÍ	NÃO INFORMADO	37.047,60	18.072
MDS	CDS	AP	AÇAÍ	IN NATURA	947,1	462
MDS	CDS	AP	AÇAÍ	IN NATURA	8.200,00	4.000
MDS	CDS	AP	AÇAÍ	NÃO INFORMADO	16.400,00	8.000
MDS	CDS	AP	AÇAÍ	NÃO INFORMADO	302.744,00	147.680
MDS	CDS	AP	AÇAÍ	NÃO INFORMADO	4.100,00	2.000
MDS	CDS	AP	AÇAÍ	IN NATURA	71.750,00	35.000
MDS	CDS	AP	AÇAÍ	NÃO INFORMADO	59.380,30	28.966
MDS	CDS	AP	AÇAÍ	IN NATURA	82.375,15	40.183
MDS	CDS	AP	AÇAÍ	IN NATURA	102,5	50
MDS	CDS	AP	AÇAÍ	IN NATURA	136.400,85	66.537
MDS	CDS	AP	AÇAÍ	IN NATURA	61.500,00	30.000
MDS	CDS	AP	AÇAÍ	NÃO INFORMADO	9.635,00	4.700
MDS	CDS	MA	AÇAÍ	FRUTO	23.750,00	5.000
MDS	CDS	MA	AÇAÍ	JUÇARA	4.275,00	900
MDS	CDS	MA	JUÇARA***	FRUTO	47.500,00	10.000
MDS	CDS	MA	AÇAÍ	FRUTO	38.000,00	8.000
MDS	CDS	MA	JUÇARA	FRUTO	7.125,00	1.500
MDS	CDS	MA	JUÇARA	FRUTO	47.500,00	10.000
MDS	CDS	MA	JUÇARA	FRUTO	33.250,00	7.000
MDS	CDS	PA	POLPA DE AÇAÍ	NÃO INFORMADO	63.936,00	5.328
MDS	CDS	PA	AÇAÍ	IN NATURA	1.565,00	500
MDS	CDS	PA	AÇAÍ	FRUTO	55.986,00	18.060
MDS	CDS	RO	POLPA DE AÇAÍ	JUSSARA	43.295,00	3.500
MDS	CDS	TO	AÇAÍ	FRUTO	236	59
TOTAL					1.519.290,85	661.474

Legenda:

(*) Ministério do Desenvolvimento Social

(**) Compra com Doação Simultânea

(***) No Estado do MA, o açaí é chamado de juçara

Fonte: Conab

ANDIROBA

Humberto Lôbo Pennacchio

1. Panorama nacional

1.1 Produção

A coleta da amêndoa de andiroba ocorre em sua totalidade em sistema comunitário/familiar, sendo seu período de safra entre os meses de janeiro a maio, podendo se estender até o mês de junho, variando de acordo com a localidade ou no caso da região Amazônica, da calha dos rios. Outros fatores, tais como, grandes cheias ou vazantes antecipadas podem alterar o calendário de coleta.

As condições climáticas desfavoráveis, com escassez de chuvas em diversas regiões de produção, na época de floração é um fenômeno que afeta a produtividade da espécie. Ainda, com relação à avaliação da safra da andiroba, deve ser considerada a bienalidade da planta, ou seja, o ano seguinte a uma boa safra deverá ter uma redução natural da quantidade coletada.

Os estados do Amazonas e Pará, detêm, atualmente, cerca de 78% da produção nacional do fruto e, conseqüentemente, o seu beneficiamento.

2. Análise de mercado

Tabela 1 – Preços pagos ao Produtor – Andiroba amêndoa (R\$/kg)

UF	2º TRIMESTRE DE 2016			2º TRIMESTRE DE 2017			VARIÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	abr/16	mai/16	jun/16	abr/17	mai/17	jun/17				
AM	1,06	0,93	1,13	1,20	1,30	1,30	13%	40%	15%	R\$ 1,43
PA	0,60	0,63	0,69	1,01	1,07	1,30	68%	70%	88%	

Fonte: Conab/Siagro

Os preços observados na tabela acima, nos dois estados onde é efetuada a pesquisa de preços, Amazonas e Pará, apresentam, em relação ao mesmo período do ano anterior, uma grande amplitude, característica deste mercado de produtos extrativistas. No trimestre analisado, os preços apresentaram variações entre 13% e 88%, se comparados ao mesmo trimestre do ano anterior, demonstrando, assim, um aquecimento na demanda pelo produto, cujo produto final é o óleo.

No estado do Amazonas as variações foram menores, reflexo de um ajuste de preços praticados na safra anterior. Para o estado do Pará, as correções de preços foram mais agressivas, já que os preços da safra anterior estavam bem deprimidos, se comparados aos preços do mercado regional.

BABAÇU

Ênio Carlos Moura de Souza

1. Panorama nacional

A palmeira de babaçu está presente em quase todo território nacional, possibilitando seu manejo em diversas partes do país, garantindo renda a muitas famílias, e estimulando a proteção da espécie.

Atividade econômica com o fruto da palmeira é característica marcante dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, e outros apresentados no cartograma 1. Atualmente, estima-se que mais de 300 mil mulheres exerçam a atividade de quebradeira de coco de babaçu.

Cartograma 1 – Estados produtores de amêndoa de babaçu



Fonte: IBGE

1.1. Preços de Mercado

A palmeira de babaçu produz fruto o ano todo, o que possibilita a atividade de quebra do coco durante esse período. Apenas nos meses mais chuvosos a produção diminui devido à dificuldade em se entrar na mata para colher o coco.

No segundo semestre de 2017, os preços de amêndoa de babaçu tiveram melhora em relação ao mesmo período do ano passado. De forma geral, de

acordo com a pesquisa realizada pela Conab, quase todos os estados apresentaram oscilações positivas de dois dígitos, com exceção do Ceará – onde o preço teve queda em abril e maio.

Esse movimento de melhora nos preços pagos ao produtor é um bom sinal para a cadeia produtiva, todavia, ainda é um patamar abaixo do mínimo fixado pelo governo federal e abaixo do custo variável de produção calculado pela Conab.

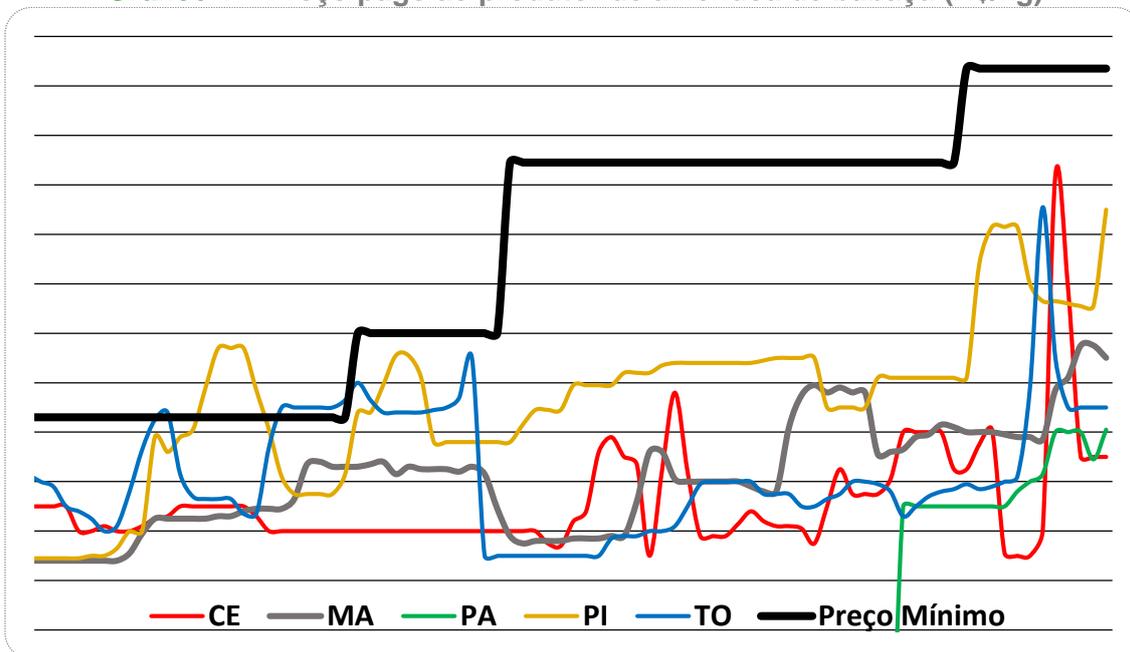
Tabela 1 – Preço pago ao produtor de amêndoa de babaçu (R\$/kg)

UF	2º TRIMESTRE DE 2016			2º TRIMESTRE DE 2017			VARIACIONES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	ABR	MAI	JUN	ABR	MAI	JUN				
CE	1,40	1,40	1,25	1,30	1,30	1,30	-7%	-7%	4%	R\$ 2,87
MA	1,39	1,43	1,42	1,75	1,75	1,70	26%	22%	20%	
PA	1,10	1,10	1,10	1,40	1,29	1,41	27%	17%	28%	
PI	1,62	1,62	1,62	1,91	1,91	2,30	18%	18%	42%	
TO	1,14	1,16	1,17	1,50	1,50	1,50	32%	29%	28%	

Fonte: Conab

No gráfico 2 é possível observar o movimento de alta dos preços nos últimos meses pesquisados, porém, ainda assim, toda a série histórica se encontra abaixo do mínimo fixado pelo governo. Uma das justificativas para tal fato é o baixo preço do óleo de babaçu e do azeite. Ambos os produtos estão inseridos em mercados para competir com produtos ou mais baratos ou mais conhecidos. Tal fato impede melhores preços ao óleo e ao azeite. O resultado é preços baixos para o principal insumo – a amêndoa de babaçu.

Gráfico 1 – Preço pago ao produtor de amêndoa de babaçu (R\$/kg)



Fonte: Conab

Em muitas localidades, o coco babaçu também é comercializado inteiro. Existe atualmente uma discussão em torno desse aspecto devido à preocupação de usar todo o fruto para queima em caldeiras industriais e assim, perder os benefícios que o mesocarpo, o endocarpo e a própria amêndoa forneçam. Em relação a preços de mercado, o coco é vendido por valor muito baixo, desmotivando muitas mulheres em realizarem essa venda, preferindo quebrar o coco, extrair a amêndoa, aproveitando tanto o mesocarpo quanto o endocarpo.

Essa preferência reflete no baixo volume comercializado e nas oscilações fortes no preço desse fruto, quando vendido nessas condições.

Tabela 2 – Preço pago ao produtor de coco babaçu (R\$/kg)

UF	2º TRIMESTRE DE 2016			2º TRIMESTRE DE 2017			VARIÇÕES PERCENTUAIS		
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C
	ABR	MAI	JUN	ABR	MAI	JUN			
CE	0,11	0,11	0,11	0,08	0,08	0,08	-27%	-27%	-27%
MA	1,20	1,20	1,20	1,00	1,00	0,20	-17%	-17%	-83%
PI	0,06	0,06	0,06	0,07	0,07	0,07	22%	17%	17%

Fonte: Conab

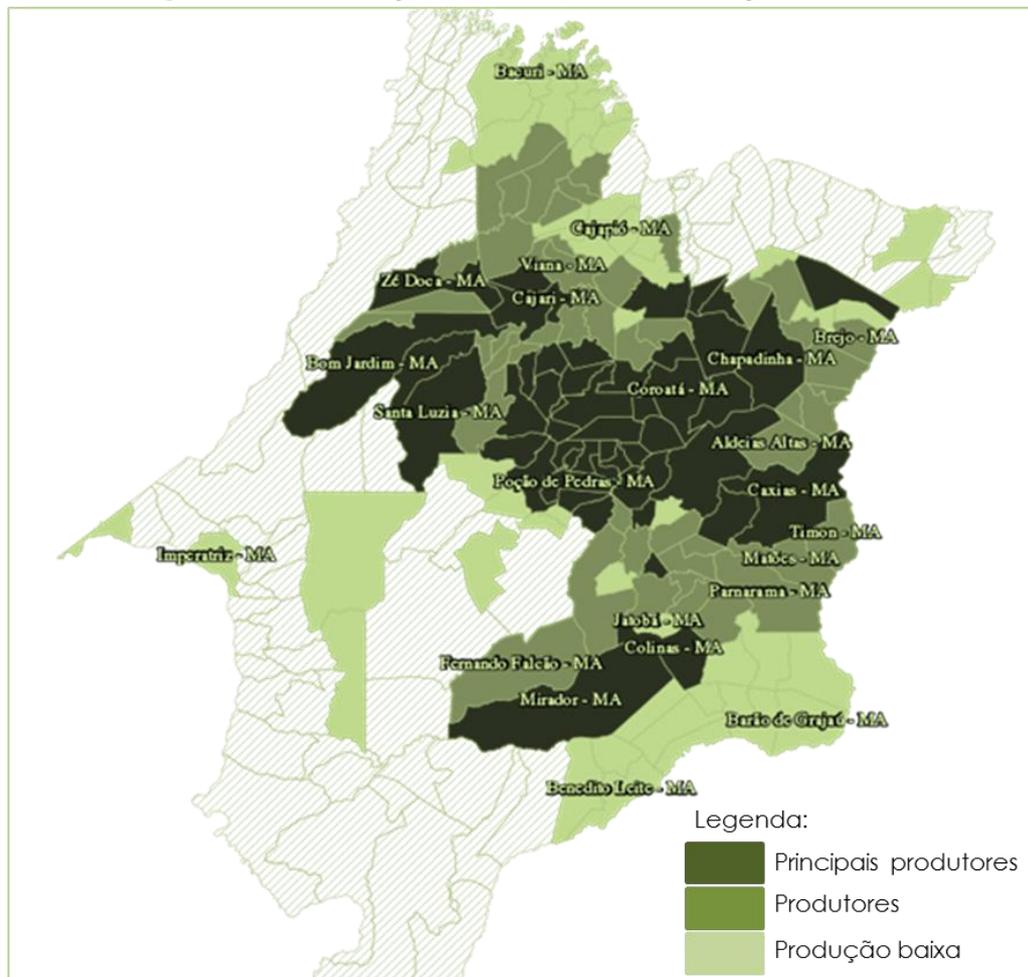
1.2. Produção

O estado do Maranhão é o maior produtor de amêndoa de coco babaçu do país. Mais de 94% da produção nacional se concentra nessa unidade da federação.

A região conhecida como médio Mearim é a principal produtora dentro do estado. Dos 20 maiores municípios produtores de amêndoa de babaçu do país, 10 estão nessa região. Dentre eles: Pedreiras, Poção das Pedras, Bacabal, São Luís Gonzaga do Maranhão, Bom Lugar, Bernardo do Mearim e outros.

Essa e as principais regiões produtoras de amêndoa de babaçu estão em destaque no cartograma 2.

Cartograma 2 – Produção de amêndoa de babaçu no Maranhão



Fonte: IBGE

BORRACHA

Humberto Lôbo Pennacchio

1. Panorama nacional

1.1 Produção

O extrativismo foi uma das primeiras ações do homem em busca da subsistência. É atualmente considerado um modelo que não representa somente uma necessidade econômica, e sim, uma opção de vida, principalmente das populações tradicionais, não somente da Amazônia, como dos seis biomas brasileiros.

Neste contexto é que se insere a atividade extrativista da borracha natural, que no passado recente, nos anos quarenta, face à carência de fornecimento de matéria-prima, recebeu os incentivos necessários, atingindo seu ápice de produção nos anos setenta, totalizando 52 mil toneladas. Após este período, houve uma queda vertiginosa, até que a partir de 1975, a retomada se inicia, permanecendo por dez anos, com o pico de produção estabelecido em 1985, com 42,5 mil toneladas.

Desde o ano de 1986 até os dias atuais, a produção de borracha natural na região amazônica tem apresentado tendência de queda, segundo informações apresentadas pelo IBGE, que, em seu último levantamento da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS apresenta um número de 1.447 toneladas produzidas.

2. Análise de mercado

No tangente aos preços recebidos pelos produtores, observa-se que ao tomar por base as cotações praticadas nos estados do bioma amazônico, inseridos na atividade extrativista no trimestre analisado no ano de 2016 e o mesmo período de 2017, o coágulo virgem com até 70% de teor de borracha seca (TBS) alcançou a média de R\$ 2,02/kg, em 2016 e R\$ 1,97, para o mesmo período de 2017, ou seja, 2,5% inferior à média dos preços observada.

A tabela 1, como explanado no parágrafo anterior, apresenta a variação dos preços nos principais estados com atividade extrativista, observada a característica praticada no mercado interno da produção localizada em áreas muito distantes da principal região de processamento e consumo, isto é, a região sudeste.

O preço de referência para o granulado escuro brasileiro (GEB), principal produto obtido no processamento do coágulo virgem, e também o principal balizador dos preços no Brasil, aponta para uma queda de 5%, em R\$5,50, refletindo uma queda nos preços do coágulo, como demonstrado na tabela 1. Este quadro segue influenciado pelo fraco desempenho das cotações internacionais no mês de Junho, que mesmo apresentando leve reação, ainda ficou com média de US\$ 1,42/Kg.

Tabela 1 – Preços pagos ao Produtor – Borracha Natural –CV (R\$/Kg)

UF	2º TRIMESTRE DE 2016			2º TRIMESTRE DE 2017			VARIÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	abr/16	mai/16	jun/16	abr/17	mai/17	jun/17				
AC	1,90	1,90	1,90	1,78	1,76	1,76	-6%	-7%	-7%	R\$ 5,42
AM	2,01	2,01	2,01	2,20	2,21	2,21	9%	10%	10%	
MT	1,84	1,83	1,93	2,00	2,00	2,00	9%	9%	4%	
PA	2,35	2,20	2,20	2,00	2,00	2,00	SI	-9%	-9%	
RO	2,09	2,10	2,10	2,14	1,78	1,80	2%	-15%	-14%	

Fonte: Conab/Siagro

CACAU

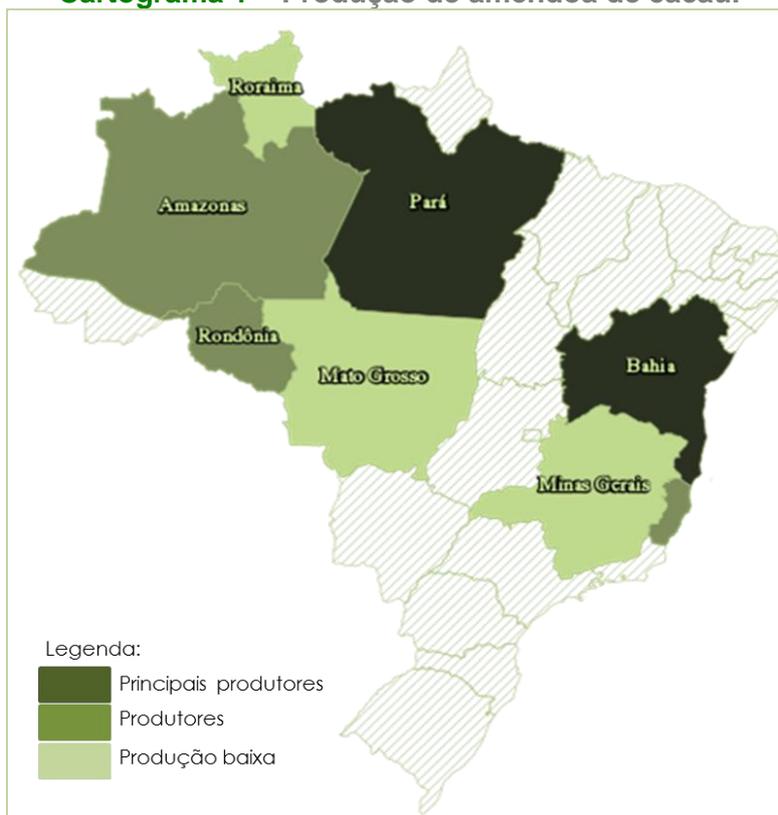
Ênio Carlos Moura de Souza

1. Panorama nacional

A produção de cacau no Brasil ocorre em pelo menos oito estados, segundo o IBGE. A Bahia é o principal produtor de cacau cultivado do país e o Amazonas de cacau extrativista. Apesar de pouco representativo no total da produção do país, muitas famílias sobrevivem do cacau nativo da floresta amazônica.

Bahia e Pará corresponderam a 96% do valor da produção nacional da amêndoa no país em 2015 – estimada pelo IBGE em mais de 2 bilhões de reais. No Amazonas, calcula-se que a atividade tenha gerado cerca de 9 milhões de reais.

Cartograma 1 – Produção de amêndoa de cacau.



Fonte: IBGE

1.1. Preços de Mercado

De modo geral, em todos os estados do país onde a Conab faz pesquisa vê-se queda de preços no quilograma da amêndoa, acompanhando o movimento dos mercados internacionais. Os dados da International Cocoa Organization -

ICCO demonstram o movimento de queda nos preços desde o início de fevereiro de 2016, influenciando o mercado interno nos últimos meses.

GRÁFICO 1 – Preço médio no mercado internacional (US\$/ton.)



Fonte: ICCO

Com exceção do Amazonas, os demais estados oscilaram negativamente, em média, 30%, saindo de um patamar próximo dos dois dígitos para um valor entre 6 e 8 reais. O movimento dos preços nesses estados é muito parecido, o que reflete de alguma forma a unicidade do mercado no momento de determinação dos preços, também em consonância com os mercados externos.

No Amazonas, onde existe tanto a planta cultivada quanto a nativa, o nível de preços é o mais baixo dentre aqueles produtores do país. Em relação ao mesmo período do ano passado, em que pese a média deste estado ter apresentado oscilação negativa, nem todos os municípios tiveram queda. O principal motivo para isso pode ser atribuído ao fato do baixo patamar de preços, já citado, que inviabiliza ao produtor fornecer o produto a um nível insustentável, do ponto de vista dos custos de produção.

Tabela 1 – Preço pago ao produtor de amêndoa de cacau (R\$/kg)

UF	2º TRIMESTRE DE 2016			2º TRIMESTRE DE 2017			VARIÇÕES PERCENTUAIS		
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C
	ABR	MAI	JUN	ABR	MAI	JUN			
AM	4,91	4,89	5,50	4,68	4,70	4,55	-5%	-4%	-17%
PA	9,04	9,50	9,54	6,38	6,13	6,70	-29%	-35%	-30%
BA	9,52	10,47	10,80	6,72	6,87	7,05	-29%	-34%	-35%
RO	8,70	10,07	10,20	6,20	6,09	6,34	-29%	-39%	-38%
ES	10,50	10,88	10,98	7,92	7,04	7,08	-25%	-35%	-36%

Fonte: Conab

O governo federal fixou em R\$6,22 reais o preço mínimo para a amêndoa de cacau no estado do Amazonas, para o público extrativista. No segundo trimestre de 2017, em todas as praças pesquisadas, o preço de venda desse produto esteve abaixo do mínimo.

A intervenção governamental nesses casos pode ocorrer quando o produtor apresentar a nota fiscal do produto, junto a outros documentos na Conab, para receber o valor da diferença entre preço mínimo e de venda. Desde 2014 a Companhia faz operações de subvenção no dito estado.

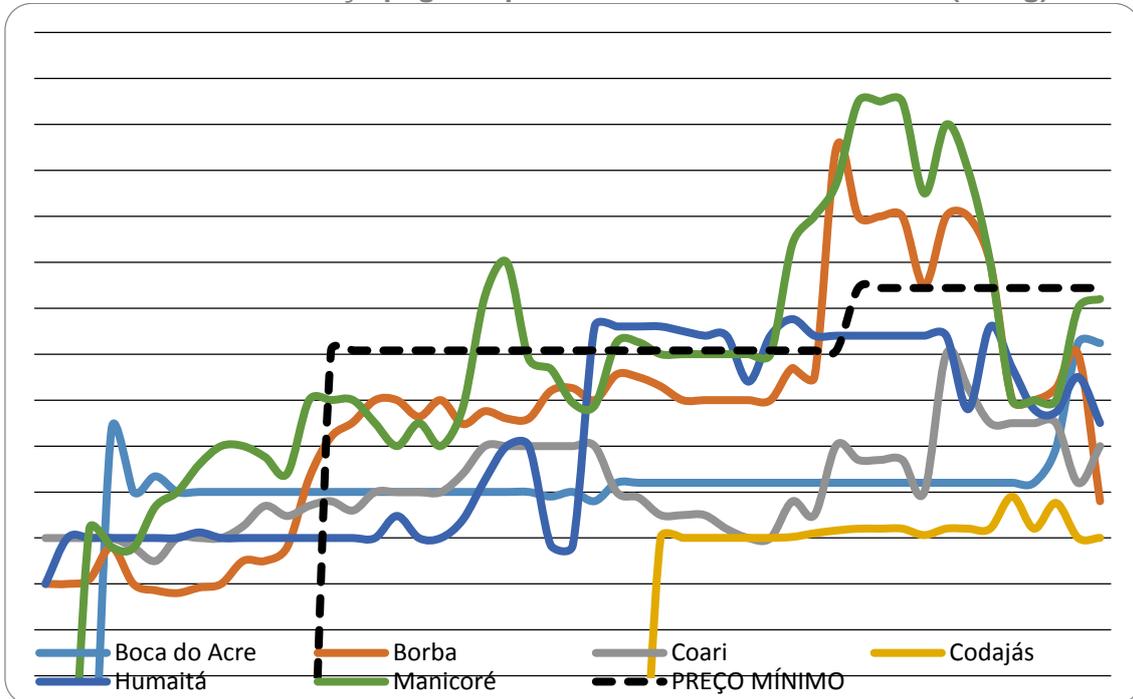
Tabela 2 – Preço pago ao produtor de amêndoa de cacau (R\$/kg)

AMAZONAS	2º TRIMESTRE DE 2016			2º TRIMESTRE DE 2017			VARIÇÕES PERCENTUAIS		
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C
	ABR	MAI	JUN	ABR	MAI	JUN			
Boca do Acre	4,10	4,10	4,10	4,48	5,62	5,62	9%	37%	37%
Borba	5,35	5,25	7,75	5,13	5,50	3,90	-4%	5%	-50%
Coari	3,90	3,75	4,51	4,75	4,10	4,50	22%	9%	0%
Codajás	3,51	3,55	3,58	3,88	3,50	3,50	11%	-1%	-2%
Humaitá	5,88	5,70	5,70	4,87	5,25	4,75	-17%	-8%	-17%
Manicoré	6,70	7,00	7,36	5,00	6,00	6,10	-25%	-14%	-17%

Fonte: Conab

No gráfico 1, a série de preços dos últimos quatro anos demonstra que 2016 apresentou oscilações positivas e alguns municípios estiveram temporariamente acima do mínimo estabelecido pelo Governo Federal. Todavia, o movimento de queda nos demais estados brasileiros e no mercado internacional, forçaram os preços desses municípios amazonenses para baixo, em menor magnitude, devido o baixo patamar de preços praticados.

GRÁFICO 2 – Preço pago ao produtor de amêndoa de cacau (R\$/kg)



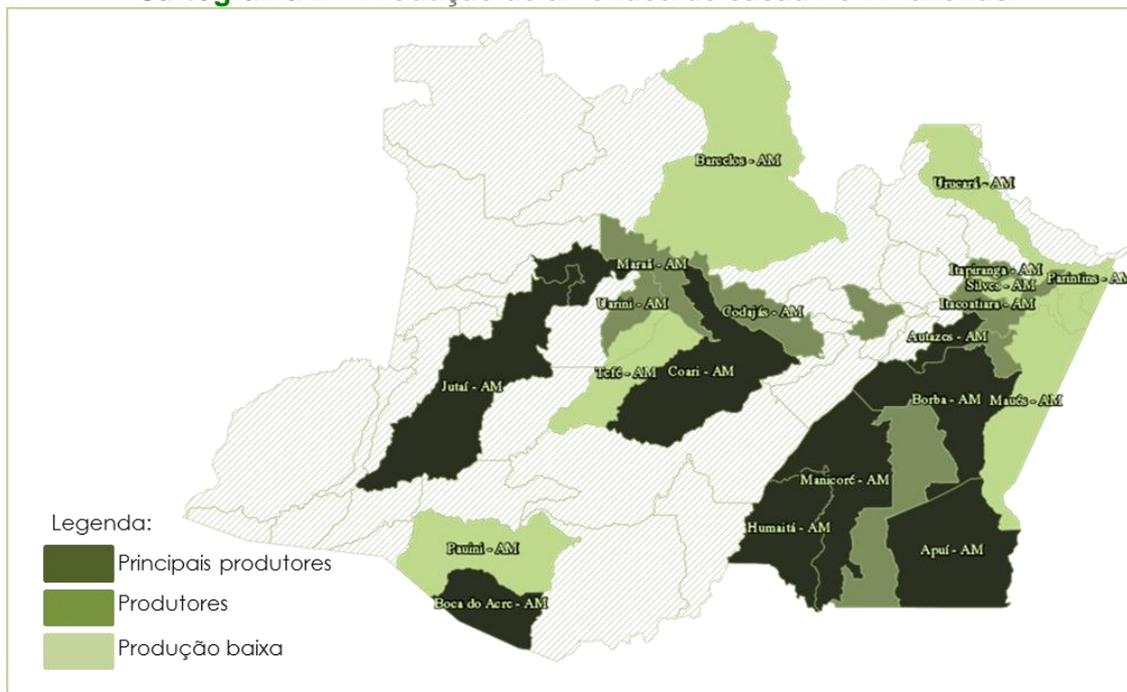
Fonte: Conab

1.2. Produção

O cartograma 2 apresenta os principais municípios do Amazonas, produtores de amêndoa de cacau, segundo o IBGE em 2015. Apuí, Fonte Boa, Manicoré, Jutaí, Boca do Acre, Coari, Borba e Autazes, juntos, foram responsáveis por 87% do volume produzido de todo estado, o que correspondeu a quase 7,5 milhões de reais.

Em 2015 a Conab iniciou subvenção econômica no município de Coari, onde a atividade com o cacau nativo é fundamental para o incremento de renda de muitas famílias. A expectativa é que o número de beneficiários aumente para outras localidades que também operam com preço de venda abaixo do preço mínimo.

Cartograma 2 – Produção de amêndoa de cacau no Amazonas.



Fonte: IBGE

De acordo com a produtividade média calculada pelo IBGE (tabela 3), Apuí é o município de melhor desempenho em termos de maior produção em quilogramas por hectare, tendo também a maior área destinada à colheita de cacau, considerando válidos os dados estimados em 2015. Tal fato corrobora para a explicação do porquê de quase metade da produção de amêndoa do estado se encontrar em Apuí.

Tabela 3 – Dados de produção da amêndoa de cacau no Amazonas

MUNICÍPIO	ÁREA COLHIDA (ha)	QDE PRODUÇÃO (ton.)	PRODUTIVIDADE MÉDIA (kg/ha)	VALOR DA PRODUÇÃO (mil reais)
Apuí	650	975	1500	3608
Fonte Boa	480	205	427	984
Manicoré	320	180	563	720
Juruá	245	96	392	413
Boca do Acre	230	103	448	489
Coari	186	130	699	455
Borba	165	80	485	360
Autazes	150	60	400	300

Fonte: IBGE

CASTANHA DO BRASIL

Humberto Lôbo Pennacchio

1. Panorama nacional

1.1 Produção

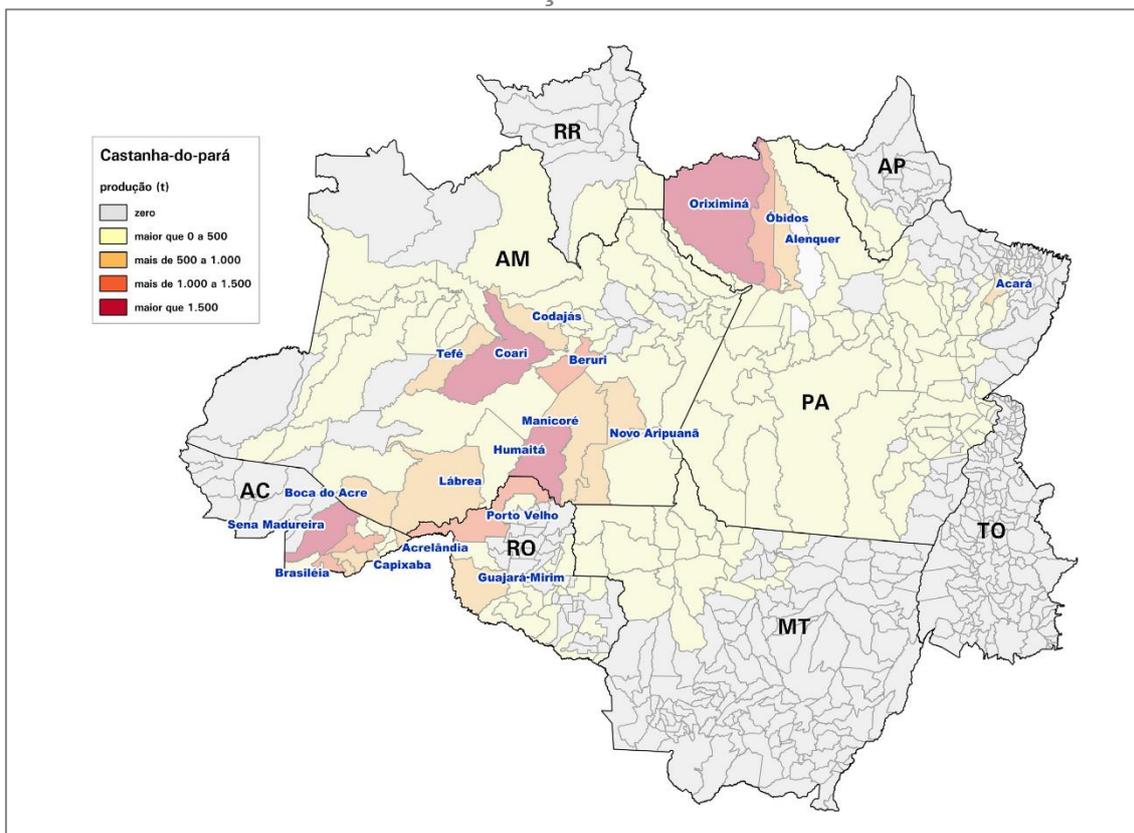
A produção brasileira de castanha em casca está distribuída entre os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Pará e Rondônia, sendo que os três primeiros respondem por mais de 90% do volume produzido, conforme pode ser observado na figura 1, a seguir.

Calcula-se que na safra 2016/17, que findou no mês de junho, tenha havido uma queda vertiginosa na produção, de aproximadamente 60%, provocada por condições climáticas como falta de chuvas no período de floração das castanheiras. Tal situação constatou-se nos meses de janeiro, fevereiro e março, época de pico da coleta da castanheira.

Historicamente, é uma situação atípica, pois, a redução das chuvas na região amazônica, que atingiu os principais países exportadores como Bolívia, Peru e Brasil, afetou tanto a qualidade como a quantidade da castanha, levando à uma falta generalizada do produto.

Devido à fraca precipitação durante 2016 e, devido, também, ao impacto do evento climático "La Niña", as previsões iniciais de coleta de castanha-do-Brasil para 2017 mostram uma escassez de pelo menos 40-60%. Uma vez que a pesquisa oficial ainda não foi finalizada, os números definitivos estarão disponíveis quando da divulgação dos números oficiais pelo IBGE.

FIGURA 1 – Produção castanha do Pará



Fonte: IBGE/PEVS

2. Análise de mercado

Nesta última safra, 2017, a castanha-do-Brasil escasseou fortemente no mercado, fazendo com que seu preço disparasse, chegando a valores de até R\$ 120,00 a lata (10 kg) nas florestas da região Amazônica.

No estado do Amapá, mais precisamente no sul do estado, um hectolitro (5 latas) chegou a ser comercializado por R\$ 750,00, como demonstra a tabela 1.

A absurda elevação dos preços, observada nesta safra é reflexo direto da queda brusca na produção que ocorreu em um momento de forte demanda do mercado, aliado a condições climáticas atípicas, o que gerou a escassez do produto, propiciando à que muitas comunidades em áreas extrativistas comprometessem a sua renda durante o pequeno período de coleta, já que não houve coleta suficiente.

Tabela 1 – Castanha do Brasil – (R\$/Kg)

UF	2º TRIMESTRE DE 2016			2º TRIMESTRE DE 2017			VARIÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	abr/16	mai/16	jun/16	abr/17	mai/17	jun/17				
AC	4,20	4,20	4,20	5,49	5,93	SI	31%	41%	SI	R\$ 1,18
AM	4,25	4,57	4,52	7,97	9,04	SI	88%	98%	SI	
AP	2,57	3,00	4,76	5,50	14,43	15,55	114%	381%	227%	
PA	2,18	2,38	3,52	5,08	6,36	7,47	133%	167%	112%	
RR	3,73	4,56	4,85	SI	SI	SI	SI	SI	SI	
RO	3,11	3,13	3,13	6,23	6,72	6,57	100%	115%	110%	

Fonte: Conab/Siagro

JUÇARA

Ana Rita Lopes Farias Freddo

1. Panorama nacional

A Mata Atlântica é considerada a segunda eco-região mais ameaçada de extinção do mundo com suas espécies como o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), o palmito juçara (*Euterpe edulis*) e a araucária (*Araucaria angustifolia*) (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2008⁹).

A Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 – Lei da Mata Atlântica regula a conservação, a proteção, a regeneração e a utilização da Mata Atlântica, e o Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008, detalha “o que”, “como” e “onde” pode haver intervenção ou uso sustentável da vegetação nativa. As populações tradicionais que vivem neste bioma têm uma relação profunda com o ambiente porque são extremamente dependentes dele. Vivem da pesca artesanal, da agricultura de subsistência, do artesanato e do extrativismo (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2008).

A prática da coleta das folhas, dos frutos e das sementes das espécies nativas é permitida desde que as comunidades e populações tradicionais sigam os critérios estabelecidos para o uso sustentável da Mata Atlântica.

Segundo a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri, a importância ecológica da palmeira juçara e o seu potencial de cultivo em sistemas agroflorestais fazem dessa espécie um componente estratégico em projetos de recuperação de Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal que tenham como objetivo a geração de renda e a prestação de serviços ambientais, principalmente quando inseridos em propriedades agrícolas familiares.

Como esta palmeira corre risco de extinção, o uso do fruto na alimentação humana apresenta-se como uma alternativa de grande potencial econômico e ambiental, ao agregar valor aos remanescentes florestais da região e ao contribuir para a preservação da espécie (SILVA; BARRETO; SERÔDIO, 2009¹⁰).

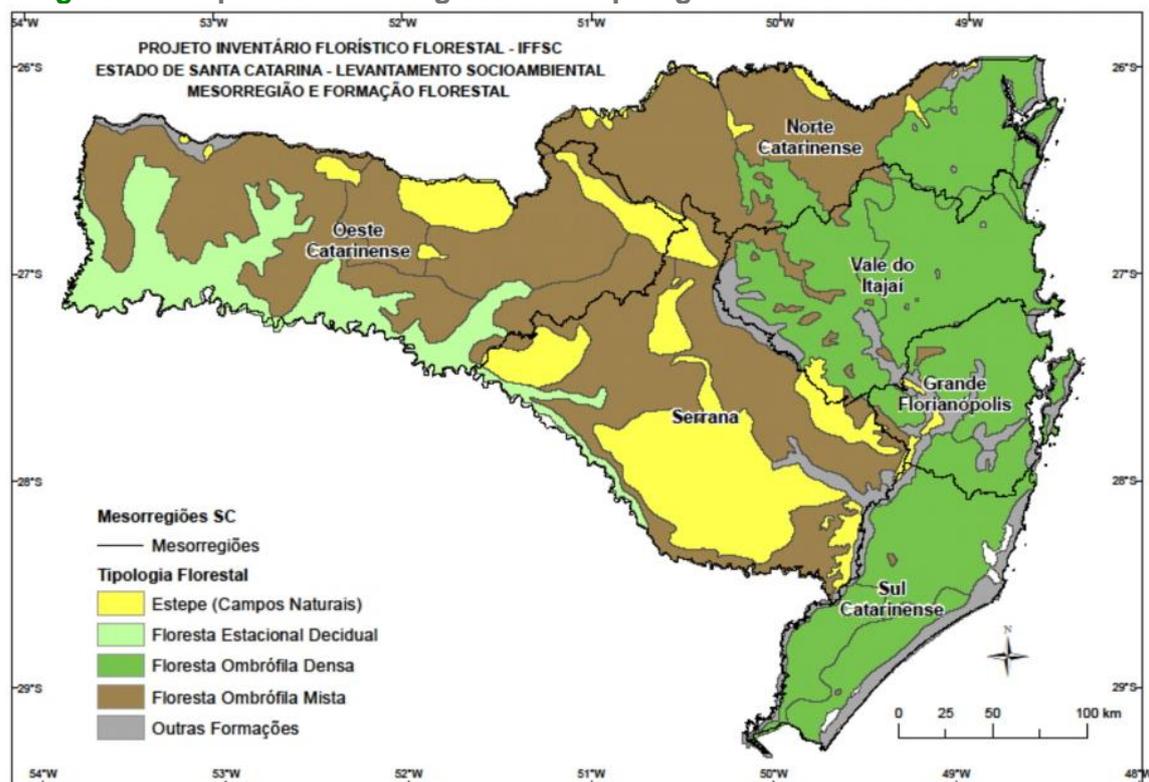
⁹ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Mata Atlântica - Patrimônio Nacional dos Brasileiros*. Disponível em <http://www.mma.gov.br/index.php/legislacao/biomas/category/27-mata-atlantica>. Acesso em 15/07/2017.

¹⁰ SILVA, M. das G. C. P. C.; BARRETO, W. de S.; SERODIO, M. H.. Comparação nutricional da polpa dos frutos de juçara e de açaí. Brasília: MAPA/Ceplac/Cepec, 2004. Disponível <http://www.ceplac.gov.br/radar/compara%C3%A7%C3%A3o%20nutricional%20da%20polpa%20de%20ju%C3%A7ara%20e%20a%C3%A7a%C3%AD.pdf>. Acesso em: 15/07/2017.

Por essa espécie ainda não está plenamente domesticada, o extrativismo do palmito e dos frutos ainda é prática comum. Embora haja plantios dessa palmeira, principalmente, em Santa Catarina, objetivando a extração do palmito.

De acordo com a Epagri, em 2011, resultados obtidos pelo Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina (IFFSC), ver figura abaixo, apontaram a ocorrência média de 22 plantas de palmeira-juçara por hectare no componente arbóreo e arbustivo dos remanescentes da Floresta Ombrófila Densa (FOD), indicando uma situação preocupante da espécie em seu habitat natural, uma vez que nesses ambientes deveriam ocorrer em torno de 1000 indivíduos por hectare. Vale ressaltar que, desde 2008, a palmeira-juçara integra a lista de espécies da flora brasileira ameaçada de extinção.

Figura 1 – Mapa das Mesorregiões e da Tipologia Florestal de Santa Catarina



Fonte: Epagri

Ainda de acordo com a Epagri, o corte clandestino desta palmeira para obtenção de palmito é a principal causa do seu reduzido estoque nos remanescentes florestais da FOD. Além do aproveitamento do palmito, vem ganhando destaque a percepção da importância econômica e alimentar dos

frutos da palmeira juçara para a fabricação do açaí¹¹, produto esse com mercado em expansão. Esta tendência foi detectada no Levantamento Socioambiental do Inventário Florístico Florestal do Estado de Santa Catarina que contemplou a percepção dos agricultores e de técnicos especialistas acerca das potencialidades econômicas e ecológicas de espécies da flora catarinense.

Em 2016, dados da Epagri sugerem que a palmeira-juçara, protegida por lei, está reaparecendo nas florestas e propriedades rurais do Estado de Santa Catarina. Embora o cultivo esteja submetido a uma série de regras, que incluem licenciamento para o plantio e para o corte, a espécie tem se tornado uma boa fonte de renda.

Citando a Epagri, a palmeira-juçara, por ser uma planta “selvagem”, que não passou por um processo de domesticação, tem uma grande diversidade genética. Isso se reflete, por exemplo, no potencial produtivo: há plantas que produzem cachos de 15 kg e outras, de 5 kg. Com base nisso, os pesquisadores estimam uma produção média de 5 a 7 kg de frutos por planta ao ano, o que rende entre 2,5 e 3,5 kg de açaí.

Segundo a Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária¹², a exploração extrativista contínua e desordenada para a produção de palmito de juçara representa opção de renda para as comunidades tradicionais de todo o litoral do Estado de São Paulo, acarretando risco de extinção da espécie. Recentemente, maior atenção vem sendo dada ao potencial de seus frutos para a produção de polpa, similar a do açaizeiro produzida na Amazônia. Entretanto, pesquisas relativas ao manejo de seus frutos para produção de polpa são inexpressivas, nem mesmo o código florestal estadual prevê regulamentação para essa atividade.

Ainda segundo a mesma revista, o manejo dos frutos para obtenção de polpa e de sementes pode ser considerado como importante estratégia de conservação da espécie, das florestas nativas, de preservação do potencial socioeconômico, de segurança alimentar e de geração de renda para as comunidades tradicionais que vivem na Mata Atlântica. O estímulo para o manejo dos frutos, ao invés do palmito, pode contribuir para reduzir a pressão antrópica sobre o palmitero juçara, além de contribuir para a resolução dos conflitos socioambientais relacionados ao uso de recursos naturais por comunidades

¹¹ O açaí de juçara não é o mesmo extraído dos frutos das palmeiras da Amazônia (*Euterpe oleracea*), mas é bastante semelhante e apresenta as mesmas características nutricionais do “primo” do Norte.

¹² Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária. Dezembro de 2008. Pág. 60 a 65

inseridas em áreas de conservação permanente ou em seu entorno. Outro fator relevante é que, após a retirada da polpa dos frutos, a grande quantidade de sementes viáveis que sobram como resíduo do processo de produção da polpa pode ser utilizada para incremento das populações da espécie, repovoamento de áreas onde houve extinção e que não apresentam capacidade de regeneração natural, bem como em sistemas de consórcio ou agroflorestais.

De acordo com o Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica¹³ – IA-RBMA, no Vale do Ribeira, em São Paulo, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, conservam e usam os recursos do palmito juçara.

Há ainda trabalhos científicos mencionando o potencial para produção de polpa no litoral do Estado do Paraná.

2. Análise de mercado

2.1. Tabela de preços

A Tabela 1 apresenta os preços médios pagos aos produtores extrativistas, pelo kg do fruto da juçara, em três estados brasileiros. No Rio Grande do Sul, os preços do 2º trimestre de 2016 e de 2017 mantiveram-se estáveis devido à oferta regular e frequente desse produto, estando abaixo do preço mínimo fixado pelo Governo Federal, podendo haver demanda por subvenção, pelos produtores extrativistas locais, nos próximos meses. No mesmo período, em Santa Catarina, houve um aumento significativo de 63% nos preços, ocasionado mais pela valorização do produto no mercado, substituindo o açaí paraense, do que pela menor oferta do produto na região. Já em São Paulo, não houve informação dos preços recebidos pelo fruto da juçara no primeiro trimestre de 2016, estando os preços médios entre R\$ 3,30 e R\$ 3,42/kg.

¹³ O Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – IA-RBMA, fundado em Ilhéus/BA, em outubro de 1999, é uma Organização Social de Interesse Público (OSCIP), com finalidades ambientais, científicas, educativa se sócio-culturais. O IA-RBMA integra o sistema de gestão da Reserva da Biosfera na condição de entidade vinculada

Tabela 1 – Preço médio pago ao produtor extrativista pelo fruto da juçara (R\$/kg)

UF	2º TRIMESTRE DE 2016			2º TRIMESTRE DE 2017			VARIÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	abr/16	mai/16	jun/16	abr/17	mai/17	jun/17				
RS	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	0%	0%	0%	2,08
SC*	2,15	2,15	2,15		3,5	3,5		63%	63%	
SP**					3,3	3,42				

Fonte: Siagro/Conab

2.2. Análise de mercado

Com a popularização da polpa de açaí, produzido a partir do fruto da juçara, no sul do Brasil, o mercado oferece boas oportunidades para os produtores catarinenses, maior produtor nacional de juçara¹⁴, visto que as agroindústrias e os mercados regionais ainda compram açaí do Pará.

¹⁴ Segundo dados levantados numa oficina realizada em 2015 pelo MMA e informações da Epagri

MANGABA

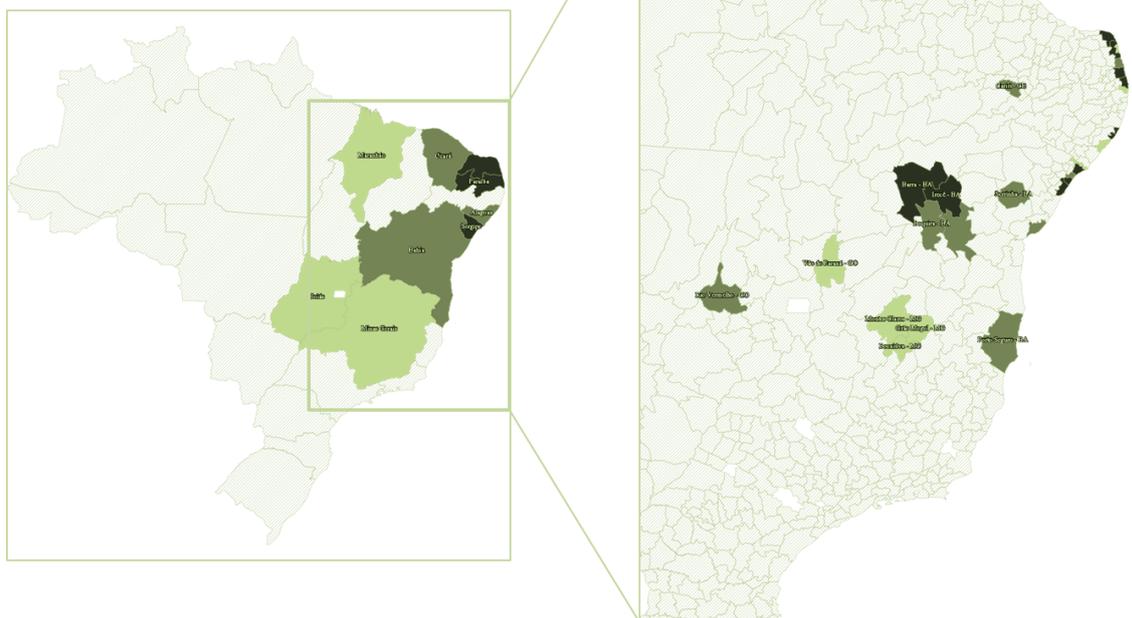
Ênio Carlos Moura de Souza

1. Panorama nacional

Fruto muito apreciado em todo o Nordeste, a mangaba tem sabor doce e aroma característico, além de muitos benéficos à saúde. Algumas partes da Mangabeira são usadas na medicina popular: a pele tem propriedades adstringentes, o fruto, por possuir altos índices de Vitamina C, pode ser utilizado para alívio dos sintomas de gripe e resfriado, além de auxiliar no aumento da imunidade.

A atividade econômica com o fruto se dá, principalmente, em Sergipe, Rio Grande do Norte, Bahia, Paraíba, Maranhão, Goiás e Minas Gerais. Estes estados podem ser vistos no cartograma 1.

Cartograma 1 – Regiões produtoras de Mangaba



Fonte: IBGE

2. Preços

O segundo trimestre é quando a safra de mangaba já está chegando ao fim. Normalmente, dependendo do volume e regularidade das chuvas nas regiões produtoras, o período de colheita chega até junho.

Sendo assim, é de se esperar alta nos preços nos meses finais, o que ocorreu na Paraíba, onde as oscilações mês a mês foram positivas, diferente do Rio Grande do Norte onde houve estabilidade, considerando esse comparativo.

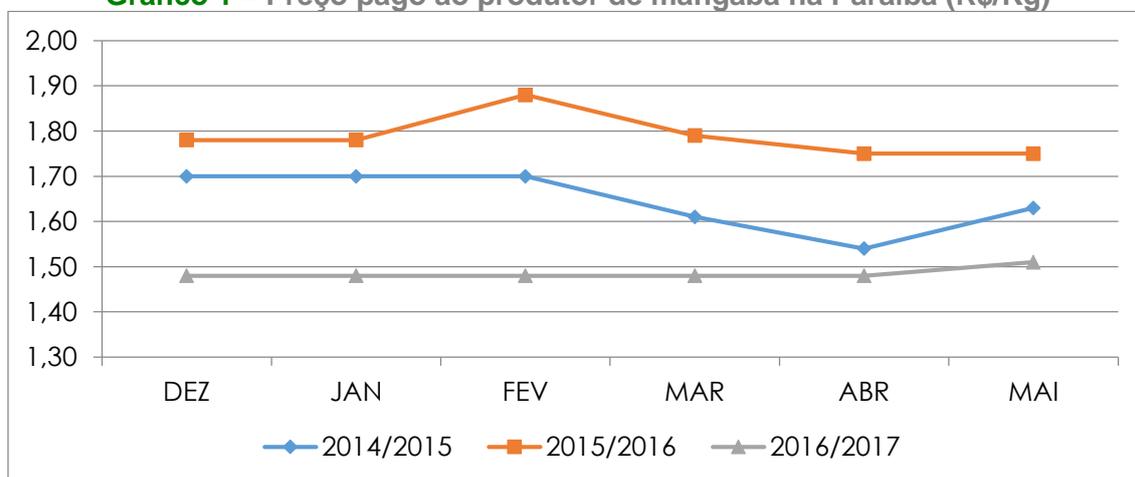
Tabela 1 – Preço pago ao produtor de mangaba (R\$/Kg)

UF	2º TRIMESTRE DE 2016			2º TRIMESTRE DE 2017			VARIÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	ABR	MAI	JUN	ABR	MAI	JUN				
PB	1,75	1,75	1,75	1,48	1,51	1,53	-15%	-14%	-13%	2,29
RN	2,49	2,66	2,86	2,30	2,30	2,30	-8%	-14%	-20%	

Fonte: Conab

Em relação ao mesmo período do ano passado, houve queda nos dois estados pesquisados. Em ambos, o nível de preços da safra 2015/16 esteve acima do nível de preços de toda a safra 2016/17. O aumento da oferta pode ter ocasionado tal fato -, o que só será confirmado quando o IBGE divulgar os dados oficiais da produção. O gráfico 1 ilustra tal situação, quando os preços da safra 2015/16 apresentam valores acima daqueles registrados na safra anterior e na subsequente.

Gráfico 1 – Preço pago ao produtor de mangaba na Paraíba (R\$/Kg)



Fonte: Conab

PIAÇAVA

Ana Rita Lopes Farias Freddo

1. Panorama nacional

O universo extrativista da produção de fibras de palmeiras no Brasil é dominado pelas piaçavas do Sul da Bahia (*Attalea funifera*) e da Amazônia (*Leopoldina piassaba*), vindo depois as de carnaúba (*Copernicia prunifera*), buriti (*Mauritia flexuosa*) e outras em quantidades ínfimas (Guimarães, C. A. L., 2012¹⁵)

As fibras da piaçava são coletadas em stands naturais e têm duas finalidades: são exportadas ou usadas pela indústria local para produção de vassouras duras e escovas industriais bem como cordas e cabos.

No Estado da Bahia, responsável por, aproximadamente, 96% de toda a piaçava produzida no Brasil, a espécie que tem maior importância econômica é a *A. funifera* Martius. Esta palmeira também tem alto valor ecológico pois é uma espécie endêmica do litoral baiano e está diretamente associada ao bioma Mata Atlântica, fornecendo uma renda extra aos produtores sem a necessidade de destruição da vegetação (Guimarães, C. A. L., 2012).

A *A. funifera* é encontrada com maior frequência no Baixo Sul¹⁶. De acordo com informações obtidas no site da Organização de Conservação da Terra - OCT¹⁷, o Baixo Sul é formado por 15 municípios, localizados no leste do estado da Bahia. Aproximadamente 360 mil pessoas vivem na região por meio da agricultura diversificada enquanto que nas áreas litorâneas, da pesca e do turismo.

¹⁵ Guimarães, Carlos Alex Lima. **Piaçava da Bahia (*Attalea funifera* Martius): do extrativismo à cultura agrícola**. Ilhéus, BA: Editus, 2012. 262 p.: II

¹⁶ O Território Baixo Sul abrange uma área de 7.168,10 km². Possui, aproximadamente, 22.048 agricultores familiares, 1.412 famílias assentadas, 39 comunidades quilombolas e 1 terra indígena. Seu IDH médio é 0,63. (Fonte: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br>)

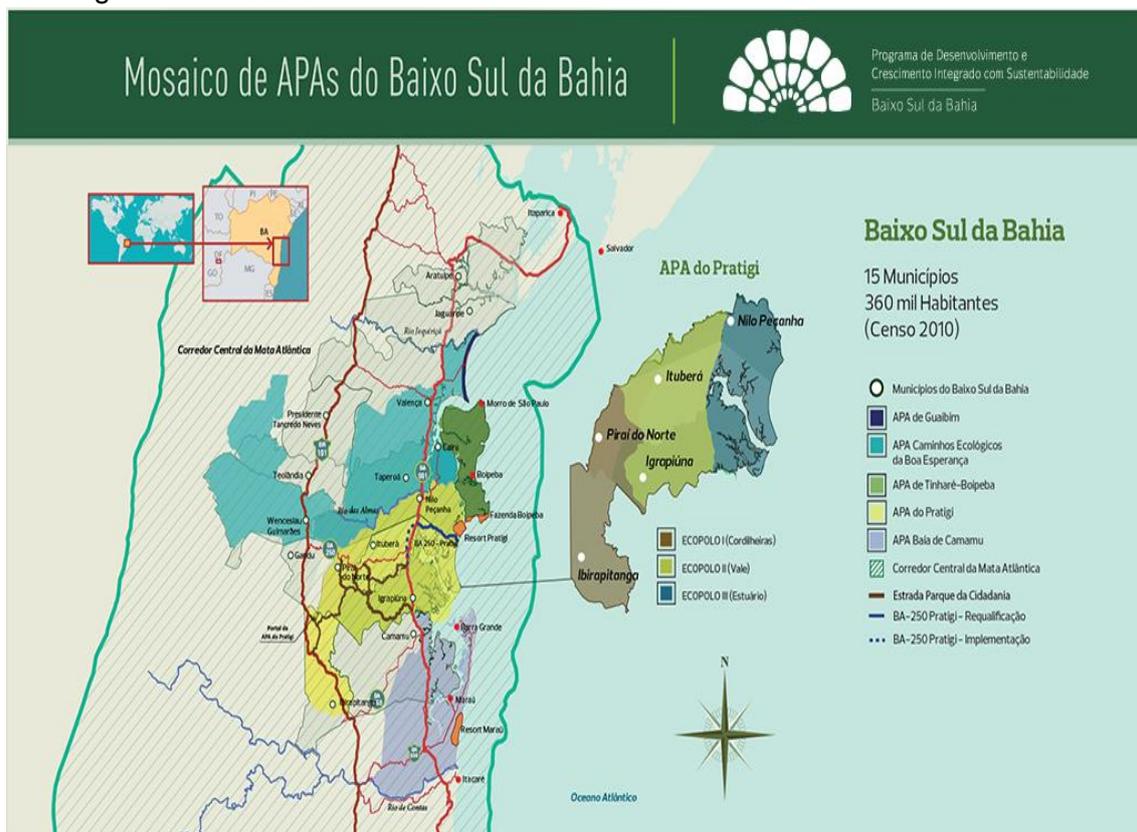
¹⁷ A Organização de Conservação da Terra trabalha no planejamento da paisagem, visando ser propositiva em um modelo de desenvolvimento que possa gerar sustentabilidade. A instituição vem orientando o uso e ocupação do solo de forma que permita a convivência harmônica entre o homem e os recursos naturais. Como principal estratégia para a estabilidade dessa paisagem, a OCT executa seu Programa de Serviços Ambientais, por meio do qual vem despertando o interesse de outras instituições, públicas e privadas, em replicar essa experiência. Atualmente, a instituição atua em três frentes sinérgicas: **conservação produtiva**, **restauração florestal** e **conservação ambiental**, executando projetos de implantação e manejo de Sistemas Agroflorestais e Cabruca, recuperação de nascentes degradadas, pagamento por serviços ambientais (água e carbono) para agricultores familiares, neutralização de carbono de pessoas físicas e jurídicas, além do apoio aos mais de 1.500 agricultores familiares da APA do Pratigi envolvidos nos projetos (Fonte: <http://www.oct.org.br>)

O clima dessa região confere um ambiente favorável ao desenvolvimento de algumas espécies como mandioca, cacau, cravo, dendê, borracha, palmito, piaçava, guaraná e pimenta-do-reino.

Ainda de acordo com a OCT, o Baixo Sul se transformou em um dos mais relevantes destinos ecoturísticos da Bahia, reunindo pontos conhecidos em âmbito nacional e internacional, como Morro de São Paulo, Boipeba, praia do Pratigi e Barra Grande. Entretanto, contrapondo-se à exuberância natural, à rica história, ao valioso patrimônio cultural e à larga potencialidade econômica, ainda existe pobreza no litoral e interior.

Conforme pode ser visualizado na Figura 1, o território do Baixo Sul é um mosaico formado por cinco Áreas de Proteção Ambiental (APA: Guaibim, Caminhos Ecológicos da Boa Esperança, Tinharé/Boipeba, Pratigi e Camamu).

Figura 1 – Mosaico de APAs do Baixo Sul da Bahia no Baixo Sul da Bahia



Fonte: Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade /Fundação Odebrecht

1.1 Produção

De acordo com os últimos dados oficiais, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a produção nacional de piaçava foi de, aproximadamente, 44,8 mil toneladas de fibra bruta, com valor movimentado de 101,3 milhões de reais e valor médio pago pelo kg do produto em R\$ 2,26 (ver Boletim da Sociobiodiversidade, Volume 1, 1º Trimestre de 2017).

2. Panorama Internacional

2.1. Exportações

Analisando o segundo trimestre de 2017, conforme Tabela 1, as exportações de matérias vegetais como sorgo, piaçava, raiz de grama e tampico, tiveram um único destino: a Bélgica, tradicional país comprador desses produtos. Nos últimos sete anos, os belgas adquiriram tais exportações bianualmente.

Tabela 1 – Exportações de matérias vegetais das espécies, principalmente as utilizadas na fabricação de vassouras, escovas, pincéis e artigos semelhantes (por exemplo sorgo, piaçava, raiz de grama e tampico), mesmo torcidas ou em feixes

País	2º TRIMESTRE DE 2013		2º TRIMESTRE DE 2014		2º TRIMESTRE DE 2015		2º TRIMESTRE DE 2016		2º TRIMESTRE DE 2017	
	Peso Líquido (ton)	US\$/ton								
Alemanha	4,86	19	10,05	41,345	10,55	38,214				
Bélgica	10	35,12			13,075	35,707			8	21,6
Egito							161,55	86,058		
Reino Unido					0,004	0,145				
Turquia							44	22,7		

Fonte: MDIC

2.2. Importações

Quanto às importações brasileiras dos produtos citados, anteriormente, acima, não houve registro de volume ofertado no corrente trimestre.

3. Análise de mercado

3.1. Tabela de preços e Análise de mercado

Tabela 2 – Preço pago ao produtor extrativista pela fibra da piaçava bruta (R\$/kg)

UF	2º TRIMESTRE DE 2016			2º TRIMESTRE DE 2017			VARIÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	abr/16	mai/16	jun/16	abr/17	mai/17	jun/17				
Amazonas	2,24	2,23	2,47	1,74	1,84	1,88	-22%	-17%	-24%	1,91
Bahia	1,16	1,20	1,16	1,13	1,13	1,13	-3%	-6%	-3%	

Fonte: Siagro/Conab

No segundo trimestre de 2017, tanto no Amazonas quanto na Bahia, o preço médio pago aos produtores extrativistas, pelo quilograma comercializado da fibra da piaçava, esteve abaixo do preço mínimo estabelecido pelo governo federal, podendo ter havido uma demanda pelo recebimento da subvenção por parte dos piaçaveiros locais.

Na tabela acima, verifica-se que os preços médios, recebidos pelos piaçabeiros amazonenses, nos meses de abril, maio e junho desse ano, em relação ao mesmo período do ano passado, apresentaram decréscimos bastante significativos. Isso se deveu a maior oferta do produto no final do ano e início do primeiro trimestre desse ano, onde, geralmente, nessa época, não há tanta oferta devido à dificuldade de escoamento da piaçaba dos rios e igarapés. Conseqüentemente, houve a formação de uma grande quantidade estocada de piaçava, na principal praça de comercialização, o município de Barcelos, impactando negativamente os preços. Aliado a isso, houve uma grande expectativa gerada pelo pagamento da subvenção aos extrativistas, por parte da PGPMBio, visto que os preços de mercado estavam abaixo do preço mínimo.

Já os preços pagos aos produtores extrativistas baianos, apresentaram quedas entre 3 e 6% no mesmo período analisado, justificadas pela maior oferta do produto na região. Entretanto, os esses preços ainda continuam bem abaixo do preço mínimo fixado pelo Governo Federal.

PINHÃO

Ana Rita Lopes Farias Freddo

1. Panorama nacional

O pinhão é a semente¹⁸ da Araucária (*Araucaria angustifolia*), árvore nativa e símbolo da região meridional do Brasil, colhido em pinhas que podem conter de 10 a 120 pinhões. Esta espécie sempre esteve na base do sistema alimentar tanto dos humanos quanto dos animais e vive, em média, 200 a 300 anos, podendo chegar até 500 anos.

De acordo com informações obtidas no site da Slow Food® Brasil¹⁹, se nos séculos passados, o Estado de Santa Catarina era completamente coberto de Araucária, nos últimos vinte anos, tem-se verificado uma substituição sistemática das araucárias pelo pinheiro canadense (*Pinus elliottii*), muito mais rentável por causa da alta demanda por sua madeira. Assim, onde antigamente se encontrava a Floresta de Araucária, hoje se observam vastas áreas de cultivo do pinheiro canadense. Estima-se que das áreas brasileiras de Florestas com Araucária originais, atualmente, reste apenas 1%.

Ainda de acordo com o Slow Food® Brasil, os Parques Nacionais “Aparados da Serra²⁰” e “Iguaçu²¹” têm áreas destinadas à preservação dessa espécie.

¹⁸ É uma semente de, aproximadamente, 4 centímetros, de forma alongada e de cor marfim, envolta em uma casca grossa.

¹⁹ Slow Food é um movimento de ecogastronomia que acredita no direito universal ao prazer da alimentação e na importância da convivência. É baseado no voluntariado e militância, se inspirando nos valores de *austera anarquia, inteligência afetiva, soberania alimentar, democracia participativa* e da *integração do homem à natureza*. Luta pelo alimento **Bom, Limpo e Justo para todos** e atua em três eixos principais: promoção da educação do gosto, salvaguarda de agrobiodiversidade e cultura alimentar e encurtamento de cadeias aproximando produtor e co-produtor. Fundado por Carlo Petrini, em 1986, o Slow Food se tornou uma associação internacional sem fins lucrativos em 1989. Atualmente, conta com mais de 100.000 membros e tem escritórios na Itália, Alemanha, Suíça, Estados Unidos, França, Japão e Reino Unido, e apoiadores em 150 países (Fonte: <http://www.slowfoodbrasil.com>)

²⁰ Junto à porção mais oriental da divisa dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, na região sul do Brasil, situam-se os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral, abrangendo uma área de aproximadamente 30.400 ha, distribuída ao longo dos contrafortes da região natural comumente denominada de Aparados da Serra, inserida na Formação Geológica Serra Geral – daí a origem do nome destas importantes unidades de conservação (Fonte: <http://www.icmbio.gov.br/parnaaparadosdaserra/guia-do-visitante.html>).

²¹ O Parque Nacional do Iguaçu, criado em 1939, pelo Decreto N° 1.035, abriga o maior remanescente de floresta Atlântica (estacional semidecídua) da região sul do Brasil. O Parque protege uma riquíssima biodiversidade, constituída por espécies representativas da fauna e flora brasileiras, das quais algumas ameaçadas de extinção, como onça-pintada (*Panthera onca*), puma (*Puma concolor*), jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*), papagaio-de-peito-roxo (*Amazona vinacea*), gavião-real (*Harpia harpyja*), peroba-rosa (*Aspidosperma polyneutron*),

No Estado do Paraná, maior produtor nacional, a partir de 1º de abril está liberada a colheita e comercialização de pinhão no estado. Mas, a permissão vale a pena para os frutos maduros, quando a pinha apresenta coloração verde-amarela ou marrom. A venda da pinha verde é proibida em qualquer época do ano. A Portaria nº 046/2015²² do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) proíbe o abate de pinheiros adultos e com pinhas entre os meses de abril e maio.

Na Serra Catarinense, muitas famílias dependem do pinhão para complementar a renda. Por isso, em 2011, um decreto antecipou do dia 15 para o dia 1º de abril o início da colheita em Santa Catarina. Segundo dados da Polícia Militar Ambiental, entre 2013 e 2015, foram apreendidos, aproximadamente, 350 quilos de pinhão colhidos em período irregular.

Segundo a Emater Regional de Caxias do Sul, por ser uma planta nativa, a araucária não recebe manejo e nem a interferência do homem e, por isso, está sujeita à flutuação de produção. Observações feitas por produtores no campo indicam que a árvore passa por ciclos de quatro a cinco anos, alternando volumes altos e baixos de semente. O clima também interfere na produção pois a araucária precisa de frio e pouca chuva nos meses de agosto e setembro.

Ainda segundo a Emater Regional de Caxias do Sul, a colheita da semente é feita manualmente, representando importante fonte de renda para muitas famílias, além de ser um produto tradicional e alimento característico para a população na Serra Gaúcha.

De acordo com a Manacá Consultoria Ambiental, um pouco diferente da região sul do país, onde a floresta de araucária é dominante, no sul do Estado de Minas Gerais, onde esta fisionomia da Mata Atlântica também ocorre, a colheita do pinhão, pelo que se conhece, começa após a maturação da pinha, em época permitida por lei (meados de abril), quando as sementes já estão começando a cair naturalmente.

ariticum (*Rollinia salicifolia*), araucária (*Araucaria augustifolia*), além de muitas outras espécies de relevante valor e de interesse científico. Unido pelo rio Iguazu ao Parque Nacional Iguazú, na Argentina, o Parque integra o mais importante contínuo biológico do Centro-Sul da América do Sul, com mais de 600 mil hectares de áreas protegidas e outros 400 mil em florestas ainda primitivas, responsabilidade ímpar para ações conjuntas entre brasileiros e argentinos nos esforços de preservação deste tão importante patrimônio mundial. Dirigido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, órgão federal responsável pela gestão das Unidades de Conservação do Brasil, o Iguazu é exemplo de integração entre a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais (Fonte: <http://www.cataratasdoiguacu.com.br/parque-nacional-do-iguacu>)

²² Esta portaria define ainda as normas para colheita, comercialização e consumo de pinhão.

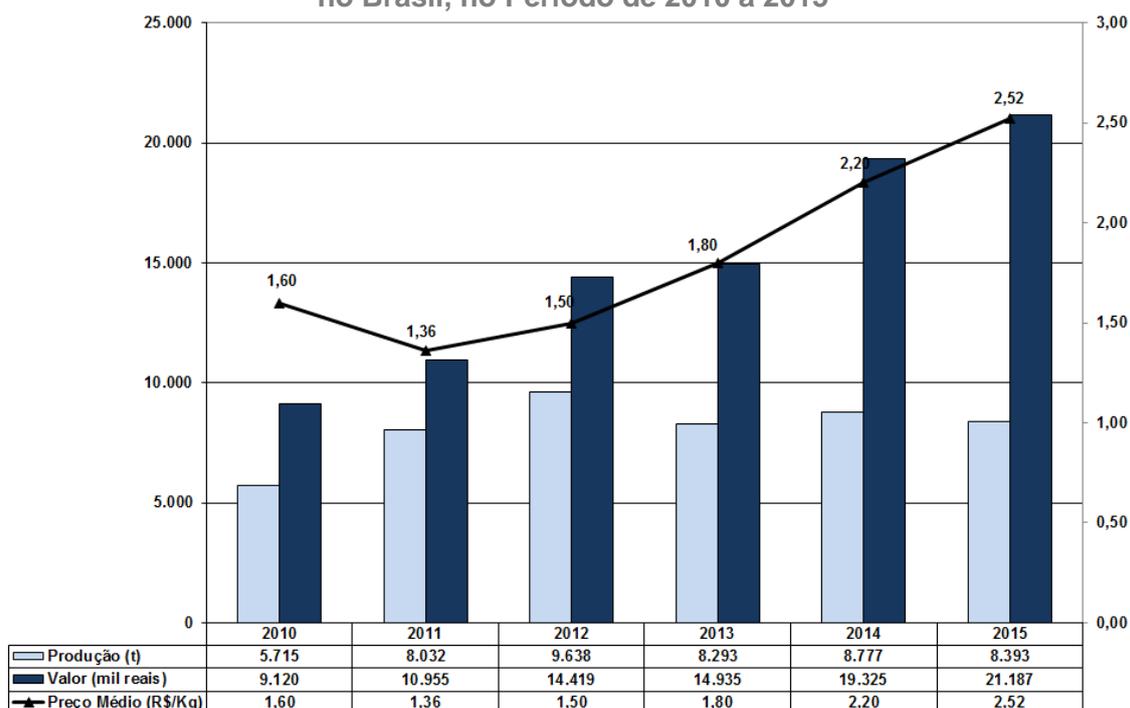
Ainda de acordo com a consultoria ambiental, na região de Camanducaia e Sapucaí-Mirim, há grande reserva da espécie nativa Araucária, tanto nas serras quanto na zona urbana. Sua relevância ecológica para os ecossistemas onde está presente é alta. Devido sua copa frondosa, a espécie protege e garante o desenvolvimento de outras árvores como a imbuia, o pinheiro bravo e a canela.

Citando novamente a Manacá Consultoria Ambiental, no sul de Minas Gerais, apesar de existir o extrativismo, mesmo com pouco controle e fiscalização, existe uma maior conservação da espécie comparada a exploração econômica que ocorre no sul. Além do que, oito municípios desta região estão inseridos na Área de Proteção Ambiental Estadual APA Fernão Dias, gerenciada pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais - IEF-MG.

1.1. Produção

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a produção nacional do pinhão, em 2015, totalizou, aproximadamente, 8,3 mil toneladas, com valor total alcançando R\$ 21,1 milhões e preço médio de R\$ 2,52/kg, verificando-se uma tendência ascendente de crescimento desta última variável, excetuando-se no ano de 2011, ao longo do período analisado, conforme pode ser visualizado no Gráfico I abaixo.

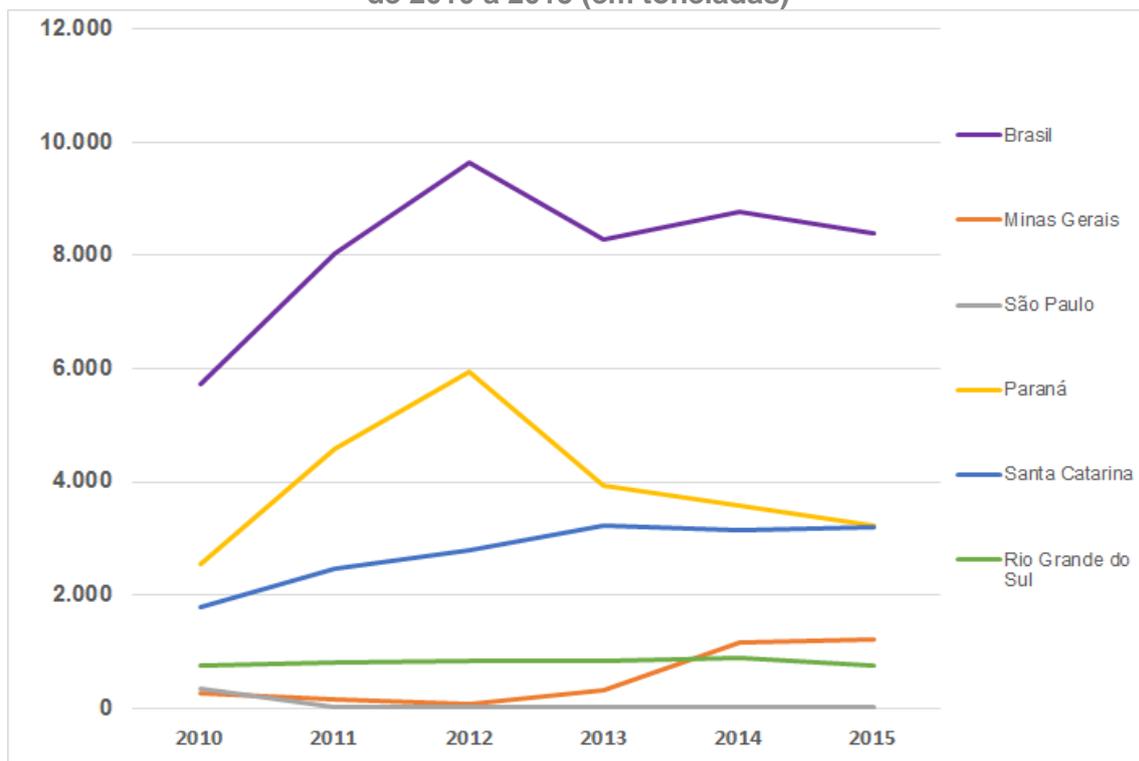
Gráfico 1 – Quantidade Produzida, Valor da Produção e Preço Médio do Pinhão no Brasil, no Período de 2010 a 2015



Fonte: IBGE

No Gráfico II, têm-se as produções nacional e dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná, principal produtor nacional, responsável, em 2015, por, aproximadamente, 38,36% de todo o pinhão produzido no país.

Gráfico 2 – Produção de Pinhão no Brasil e nos Estados Produtores no Período de 2010 a 2015 (em toneladas)



Fonte: IBGE – Elaborado pela autora

Segundo a Emater/RS, nos últimos três anos, na Serra Gaúcha, maior região produtora gaúcha, a produção anual vem apresentando quebra de safra devido à: a) perdas na produtividade ocasionadas por condições climáticas adversas e b) extração tardia visto que a maturação das pinhas está acontecendo bem antes do período autorizado para a colheita por uma regulamentação estadual de 1976. Há relatos, por parte dos extrativistas gaúchos, que o mesmo comportamento foi observado para a safra 2016, com uma redução de 30 a 40% na produção em relação à de 2015.

No Estado do Paraná, apesar das estimativas dos produtores extrativistas que a safra de 2015 seria maior que a do ano anterior, devido à fatores climáticos, houve redução do volume colhido, levando ao aumento dos preços. Há relatos que o mesmo comportamento também foi observado para a safra 2016.

Dos estados do Sul, Santa Catarina foi o único que não sofreu decréscimo na produção ao longo do período analisado. Conforme esperado pelos produtores extrativistas catarinenses, a safra de 2015 foi maior que a anterior. Vale ressaltar, entretanto, que, segundo a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), 2016 foi considerado um ano de quebra de safra.

Segundo ainda a Epagri, a cada 5 anos, aproximadamente, a araucária tem uma produção vasta, voltando a produzir pouco, pois fica “exaurida”, alternando a boa produtividade com períodos menos intensos.

2. Análise de mercado

2.1. Tabela de preços

A Tabela 1 apresenta os preços médios pagos aos produtores extrativistas, pelo kg da amêndoa do pinhão, em quatro estados brasileiros. Nos estados do sul do Brasil, observa-se um decréscimo dos preços no segundo trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano passado. Isso se deve a maior oferta do produto ocasionando uma queda de preços. Vale ressaltar que tanto em Minas Gerais quanto em Santa Catarina, o preço recebido pelos produtores extrativistas está abaixo do preço mínimo fixado pelo Governo Federal.

Tabela 1 – Preço médio pago ao produtor extrativista pela amêndoa do pinhão (R\$/kg)

UF	2º TRIMESTRE DE 2016			2º TRIMESTRE DE 2017			VARIÇÕES PERCENTUAIS			Preço Mínimo
	A	B	C	D	E	F	D/A	E/B	F/C	
	abr/16	mai/16	jun/16	abr/17	mai/17	jun/17				
MG*				0,88	0,93	1,29				2,64
PR	2,97	3,86	5,69	2,75	2,74	2,64	-7%	-29%	-54%	
RS		7,17	8,4	5,5	5,73	5,69		-20%	-32%	
SC	3,62	4,88	5,97	2,65	1,92	1,73	-27%	-61%	-71%	

Legenda: (*) A série de preços dessa UF foi incluída em abril de 2017.

Fonte: Siagro/Conab

2.2. Análise de mercado

Na Serra Gaúcha, o consumo de pinhão está em alta, voltando a ocupar as gôndolas dos mercados e às margens das rodovias RS-122 e BR-116. Os vendedores de semente costumam ofertar o produto a cada dois quilômetros nestas vias. Segundo a Emater Regional de Caxias do Sul, a produção gaúcha de 2017 teve um aumento de até 30% em relação a de 2016.

Ainda segundo a Emater Regional de Caxias do Sul, há poucas ações de beneficiamento, industrialização e conservação do produto, o que restringe o período e os volumes de vendas.

Citando dados da Emater Regional de Caxias do Sul, a comercialização é praticamente toda informal, feita diretamente pelos extrativistas em diferentes mercados locais. A maior parte ainda é comercializada por meio de intermediários, que levam o produto para centros maiores. Os preços pagos ao produtor nesta safra variam de R\$ 2,50 a R\$ 5,00. Na Ceasa Serra, o quilo é vendido a R\$ 3,66 e, nos supermercados e fruteiras da região, atinge um valor entre R\$ 4,80 e R\$ 9,80. Nas estradas o preço médio é de R\$ 5,00.

Finalizando, de acordo com a Emater Regional de Caxias do Sul, o processamento da semente, na forma de pinhão moído ou de paçoca, é uma boa oportunidade para agregar valor significativo ao produto, sendo a paçoca vendida ao preço médio de R\$ 15,00/kg.

3. A Conab e o Apoio à Comercialização

3.1 Mercado institucional PAA

O PAA adquiriu 4,75 mil quilos de pinhão, no valor de aproximadamente 24,28 mil reais, beneficiando duas cooperativas de dois municípios catarinenses, conforme dados apresentados na tabela abaixo.

Tabela 2 – Aquisições de pinhão pelo PAA no ano de 2016

RECURSO	MODALIDADE	UF	Município	Nome Organização Fornecedora	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
MDS*	CDS**	SC	LAGES	ECOSERRA***	2.755	14.078,05
MDS	CDS	SC	LAGES	ECOSERRA	1.500	7.665,00
MDS	CDS	SC	PONTE SERRADA	Coop. de Peq. Empreendim. Famil. de Ponte Serrada *	497	2.539,67
TOTAL					4.752	24.283

Legenda: (*) Ministério do Desenvolvimento Social, (**) Compra com Doação Simultânea, (***) Cooperativa Ecológica de Agricultores, Artesãos e Consumidores da Região Serrana e (****) Cooperativa de Pequenos Empreendimentos Familiares de Ponte Serrada
Fonte: Conab – Elaborado pela autora

3.2 Mercado diferenciado PGPM-Bio

A Tabela 3 apresenta dados da subvenção aos produtores extrativistas de pinhão no período de janeiro a junho de 2017. O pagamento da subvenção beneficiou dois extrativistas mineiros do município de Delfim Moreira.

Tabela 3 – Dados da subvenção aos produtores extrativistas de pinhão

PRODUTO	Jan. a Jun. 2017			
	Valor (R\$)	Quantidade (kg)	Nº Operações	Nº de Extrativistas
Pinhão	4.000,00	3.214,24	2	2

Fonte: Ssisbio/Conab

EXECUÇÃO DA PEGPM-BIO 1º SEMESTRE DE 2017

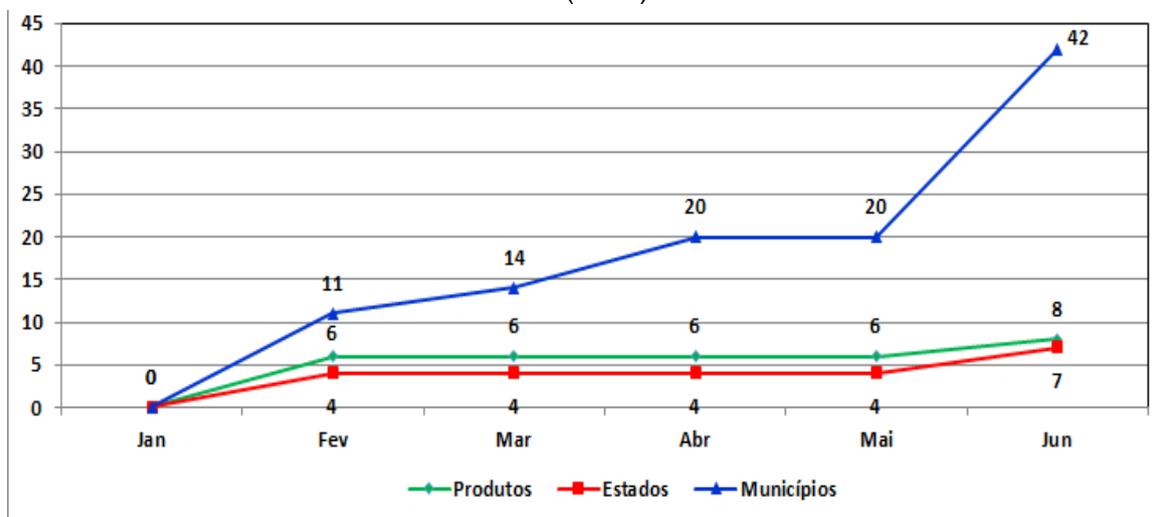
Augusto de Andrade Oliveira

Ao final do 1º semestre de 2017, os pagamentos efetuados a partir da PGPM-Bio somaram R\$ 1,60 milhões, num total de 1,77 mil toneladas de produtos subvencionados, a partir de 1.057 operações realizadas no âmbito dessa Política, realizados por 1.221 produtores extrativistas. Assim, as médias verificadas por acesso foram de aproximadamente R\$ 1.318/Família e 1.458 kg/Família.

A PGPM-Bio foi acessada no 1º semestre de 2017 em 42 municípios de 7 estados, envolvendo 8 dos 15 produtos que compõem a pauta desta política.

Veja abaixo o gráfico da evolução mensal da quantidade de estados e municípios que tiveram operações da PGPM-Bio no 1º semestre de 2017, bem como da quantidade de novos produtos subvencionados.

Gráfico 1 – Evolução da quantidade de Estados, Municípios e Produtos ao longo do ano (2016)



Fonte: Sisbio/Conab

Observa-se na tabela abaixo que houve no 1º semestre de 2017, predominância do acesso à PGPM-Bio de forma individualizada (78%), quando comparado com o acesso coletivo, efetuado por meio de Associações e Cooperativas (22%). Ao todo, somente 5 organizações de produtores acessaram à PGPM-Bio no 1º semestre de 2017, 4 no MA e 1 em RO.

Os valores (R\$) e volume de produtos (kg) correspondente às operações individualizadas, foram de 84% e 91%, respectivamente, o que aponta para a

predominância dessa forma de acesso. Há também uma diferença bastante significativa em relação às médias de quantidades e de valores aportados quando comparamos as operações individualizadas com as coletivas. As quantidades médias subvencionadas em operações coletivas correspondem a cerca de 10% das operações individualizadas. Já em termos de valores, a média acessada por família nas operações coletivas corresponde a cerca de 70% da média das operações individualizadas.

Tabela 1 – Formas de acesso à PGPM-Bio – Individual X Coletiva

	R\$	%	Kg	%	Produtores	%	Média (R\$/Produtor)	Média (Kg/Produtor)
Operações encaminhadas Individualmente	1.354.030	84%	1.618.689	91%	955	78%	1.418	1.695
Operações encaminhadas por Organizações	254.670	16%	161.243	9%	266	22%	957	168
Total	1.608.700	100%	1.779.932	100%	1.221	100%	1.318	1.458

Fonte: Sisbio/Conab

O estado do MA continua sendo o grande responsável pela execução da PGPM-Bio, a partir do pagamento de subvenção à comercialização do babaçu, com 72,4% dos valores aportados (R\$ 1,16 milhão) e 80,3% da quantidade de produtores envolvidos (981). De outro lado, MG se destaca em relação a variedade e a quantidade de produtos subvencionados, com 53,3% (948,7 ton.) do total subvencionado, e o PI volta a figurar como estado operador da PGPM-Bio.

A tabela e os gráficos abaixo destacam a execução da PGPM-Bio no 1º semestre de 2017, por estado (UF), em termos de valor (R\$), quantidade de produto subvencionado (Kg) e quantidade de produtores, ficando patente a importância atual do estado do MA em relação à execução da PGPM-Bio, seguido por MG.

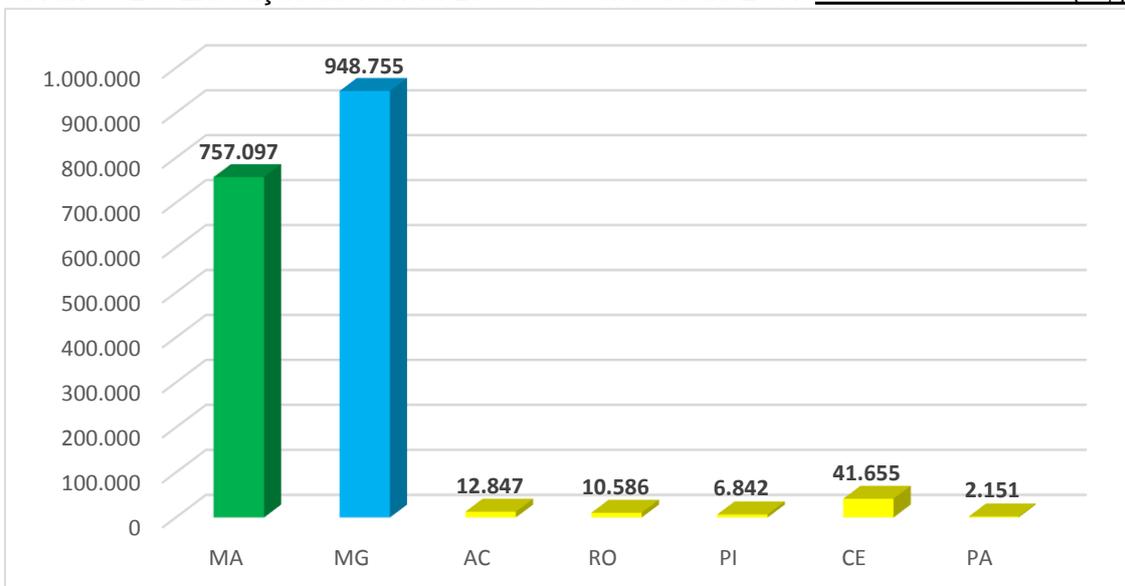
Chama também atenção o fato de não haver nenhuma operação para o estado do AM, bem como apenas uma única operação paga no estado do PA. Estes dois estados possuem elevado potencial de acessos, com atividade extrativa de vários produtos inseridos na pauta, que, em geral, apresentam preços de venda inferiores ao preço mínimo estabelecido.

Tabela 2 - Execução da PGPM-Bio por Estado (1º Semestre de 2017)

UF	Quant. (Kg)	%	Valor (R\$)	%	Nº de Produtores Extrativistas	%
MA	757.097	42,5%	1.164.309	72,4%	981	80,3%
MG	948.755	53,3%	351.086	21,8%	139	11,4%
AC	12.847	0,7%	47.009	2,9%	31	2,5%
RO	10.586	0,6%	37.342	2,3%	31	2,5%
PI	6.842	0,4%	3.801	0,2%	18	1,5%
CE	41.655	2,3%	3.153	0,2%	20	1,6%
PA	2.151	0,1%	2.000	0,1%	1	0,1%
Total	1.779.932	100,0%	1.608.700	100,0%	1.221	100,0%

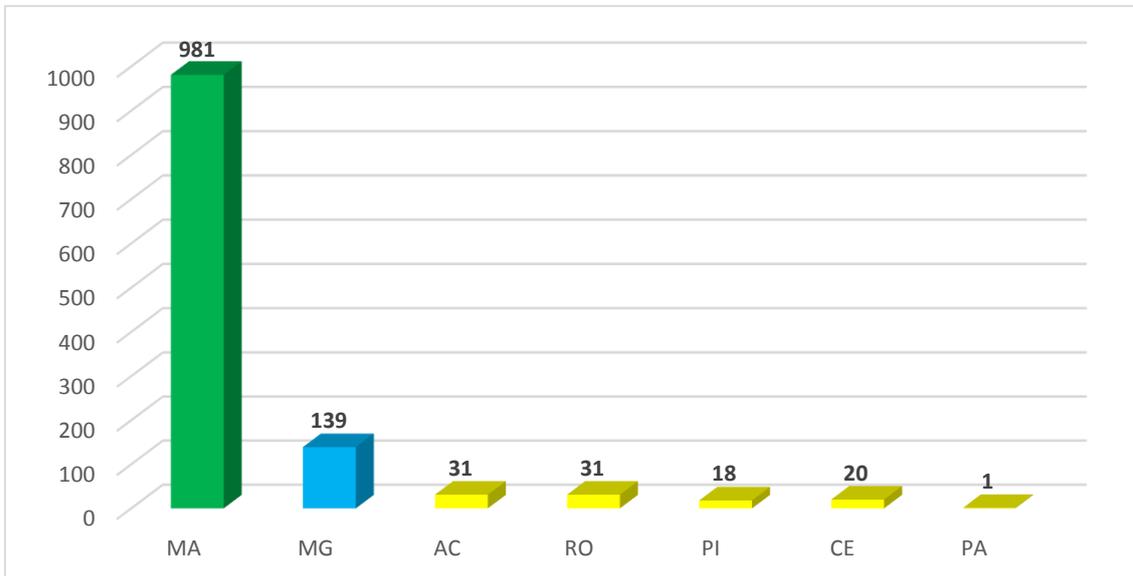
Fonte: Sisbio/Conab

Gráfico 2 – Execução da PGPM-Bio – 1º Semestre de 2017 Por Estado – Valor (R\$)



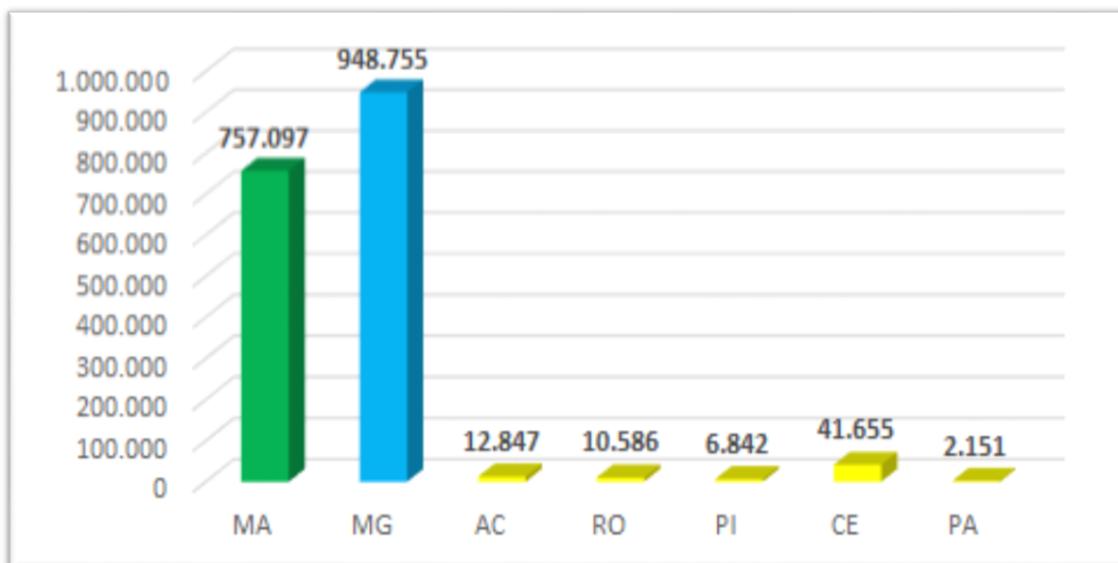
Fonte: Sisbio/Conab

Gráfico 3 – Execução da PGPM-Bio – 1º Semestre de 2017 Por estado – Quantidade de Produtores



Fonte: Sisbio/Conab

Gráfico 4 – Execução da PGPM-Bio – 1º Semestre de 2017 Por Estado – Quantidade de Produtos (Kg)



Fonte: Sisbio/Conab

A execução do programa por produto comprova a expressividade e a importância do babaçu em relação às variáveis ora analisadas. Este produto sozinho carrega 73% dos valores aportados (R\$ 763,9 mil) em relação à PGPM-Bio em 2017, bem como 79% da quantidade de produtores extrativistas (1.027 produtores) que acessaram esta Política.

Tendo em vista a diferença no peso dos produtos, alguns produtos acabam por se destacar em relação a este quesito (quantidade/peso – kg), como por exemplo o Pequi (25%), Macaúba (18%) e Umbu (11%), sendo que o Babaçu, com 43% da quantidade total (Kg), segue também na liderança em relação à quantidade de produtos subvencionados.

A tabela e os gráficos abaixo destacam a execução do programa por produto em termos de valor (R\$), quantidades subvencionadas (Kg) e quantidade de produtores que receberam pagamento de subvenção.

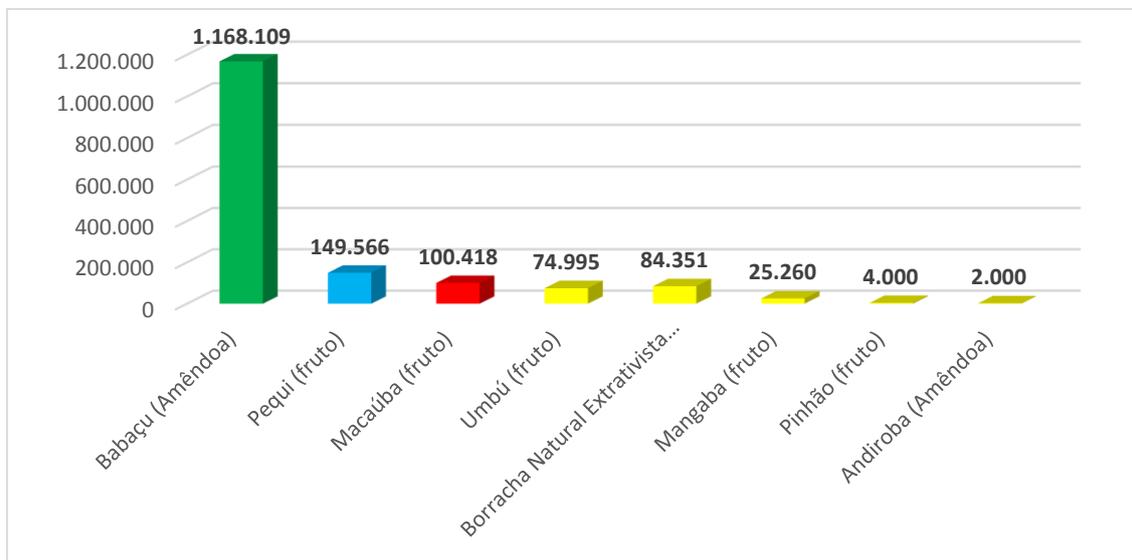
Tabela 3 - Execução da PGPM-Bio por Produto (1º Semestre de 2017)

Produto	Quant. (Kg)	%	Valor (R\$)	%	Nº de Produtores Extrativistas	%
Babaçu (Amêndoa)	763.939	43%	1.168.109	73%	1.027	79%
Pequi (fruto)	438.860	25%	149.566	9%	95	7%
Macaúba (fruto)	324.906	18%	100.418	6%	62	5%
Umbú (fruto)	201.058	11%	74.995	5%	39	3%
Borracha Natural Extrativista (Cernambi)	23.432	1%	84.351	5%	62	5%
Mangaba (fruto)	22.373	1%	25.260	2%	19	1%
Pinhão (fruto)	3.214	0%	4.000	0%	2	0%
Andiroba (Amêndoa)	2.151	0%	2.000	0%	1	0%
Total	1.779.932	100%	1.608.700	100%	1.307	100%
Total de Extrativistas (sem repetições) *					1.221	

Legenda: (*) valor líquido: contabiliza apenas uma vez os produtores que acessaram a PGPMBio

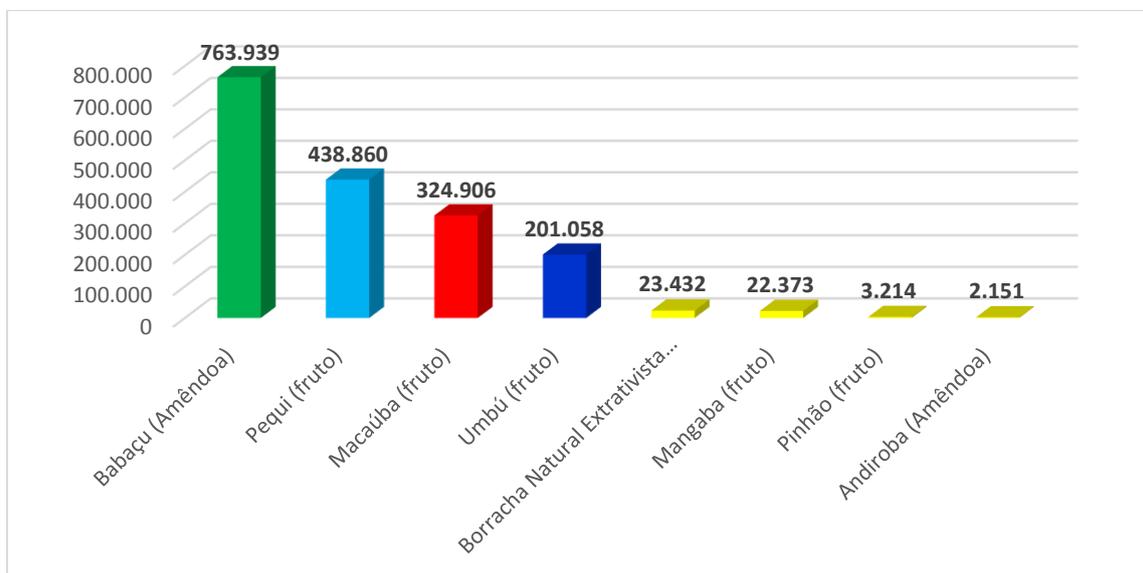
Fonte: Sisbio/Conab

Gráfico 5 - Execução da PGPM-Bio 1º Semestre de 2017 Por Produto – Valor (R\$)



Fonte: Sisbio/Conab

Gráfico 6 - Execução PGPM-Bio 1º Semestre 2017 Por Produto – Quantidade de Produto (Kg)



Fonte: Sisbio/ Conab

A análise da execução da PGPM-Bio, em relação aos municípios que apresentaram produtores extrativistas que acessaram a esta Política no 1º Semestre de 2017, aponta para o pagamento de subvenção em 42 municípios (menos de 1% dos 5.561 municípios do país), com destaque novamente para o estado do MA, com 38% dos municípios envolvidos (16), seguido por MG (11), AC (5), CE, PI e RO (3) e PA (1).

A tabela abaixo destaca a execução da PGPM-Bio nos 10 municípios com maior volume de recursos aportados no âmbito da PGPM-Bio, municípios estes que carregaram juntos 81,4% dos valores pagos (R\$ 1,30 milhão), 76,3% da quantidade de produto subvencionada (1,35 mil ton.) e 75,3% da quantidade de produtores extrativistas que acessaram esta Política (919), apontando concentração acentuada da execução da PGPM-Bio em poucos municípios.

Tabela 4 – Execução por município.

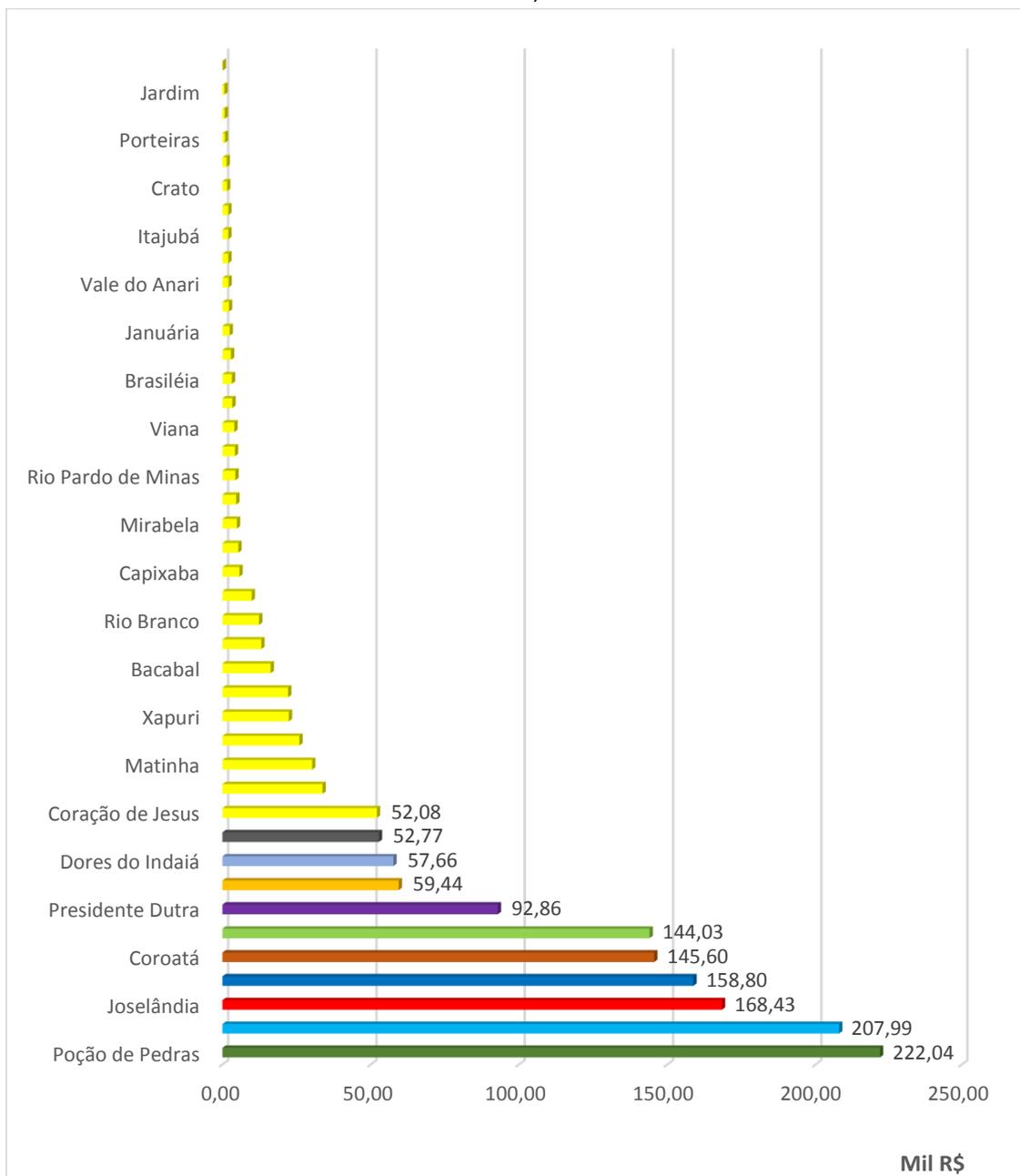
UF	Município	Quant. (Kg)	%	Valor (R\$)	%	Nº de Produtores Extrativistas	%
MA	Poção de Pedras	134.454	7,6%	222.039	13,8%	230	18,8%
MA	Alto Alegre do Maranhão	130.184	7,3%	207.986	12,9%	118	9,7%
MA	Joselândia	102.451	5,8%	168.430	10,5%	116	9,5%
MG	Lontra	398.057	22,4%	158.799	9,9%	38	3,1%
MA	Coroatá	99.114	5,6%	145.599	9,1%	93	7,6%
MA	Zé Doca	81.809	4,6%	144.033	9,0%	176	14,4%
MA	Presidente Dutra	71.990	4,0%	92.857	5,8%	55	4,5%
MA	São Luís Gonzaga do Maranhão	40.600	2,3%	59.441	3,7%	43	3,5%
MG	Dores do Indaiá	155.836	8,8%	57.659	3,6%	20	1,6%
MG	Japonvar	144.110	8,1%	52.765	3,3%	30	2,5%
Total		1.358.605	76,3%	1.309.609	81,4%	919	75,3%
Total Geral		1.779.931,86	100%	1.608.699,57	100%	1.221	100%

Fonte: Sisbio/Conab

O município de Poção das Pedras/MA foi àquele de maior destaque em termos de valores aportados, com R\$ 222,0 mil (13,8%) e quantidade de produtores extrativistas - com 230 (18,8%), enquanto que o município de Lontra/MG apresentou a maior quantidade de produtos subvencionados – 398,0 ton. (22,4%).

O gráfico abaixo aponta todos os 42 municípios que tiveram produtores extrativistas que acessaram a PGPM-Bio no 1º Semestre de 2017, organizado de acordo com o volume de recursos acessados por cada um deles.

Gráfico 7 - Execução da PGPM-Bio – 1º Semestre de 2017 Por Município – Valor (R\$ mil)



Fonte: Sisbio/Conab

A evolução mensal da execução da PGPM-Bio, no 1º semestre de 2017, pode ser observada na tabela e gráficos apresentados a seguir. O mês de junho registrou o maior percentual tanto de pagamentos efetuados (R\$ 1,14 milhão), quanto de quantidade de produtos subvencionados (1,26 ton), em ambos os casos, correspondendo 70,9% do total. Da mesma forma, o número de

produtores que acessaram esta Política também foi recorde neste mês – 965 produtores (73,3%).

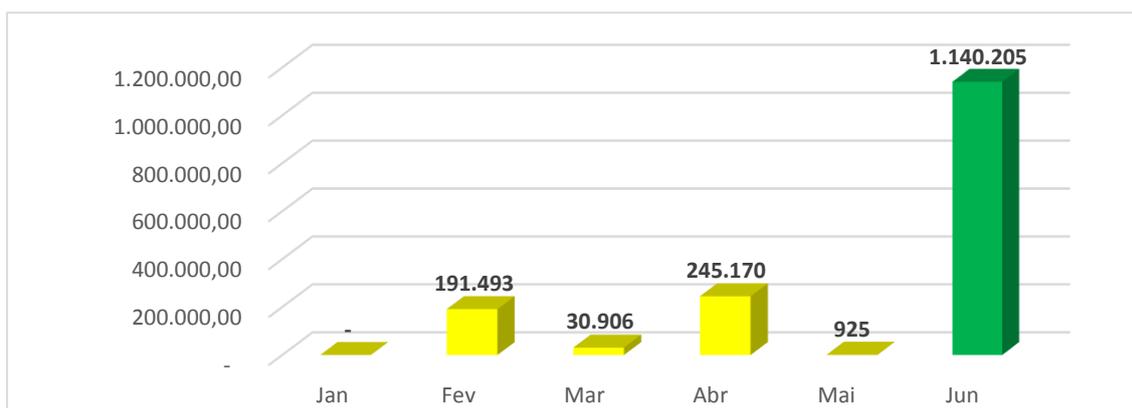
Tabela 5 - Execução mensal da PGPM-Bio – 1º Semestre de 2017

Mês	Valor (R\$)	%	Quantidade (KG)	%	Produtores*	%
Jan	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Fev	191.493	11,9%	308.505	17,3%	151	11,5%
Mar	30.906	1,9%	52.239	2,9%	15	1,1%
Abr	245.170	15,2%	156.187	8,8%	184	14,0%
Mai	925	0,1%	589	0,0%	1	0,1%
Jun	1.140.205	70,9%	1.262.412	70,9%	965	73,3%
Total	1.608.700	100%	1.779.932	100%	1.316	100%

* Não inclui eventuais produtores que acessam mais de uma vez em meses diferentes.

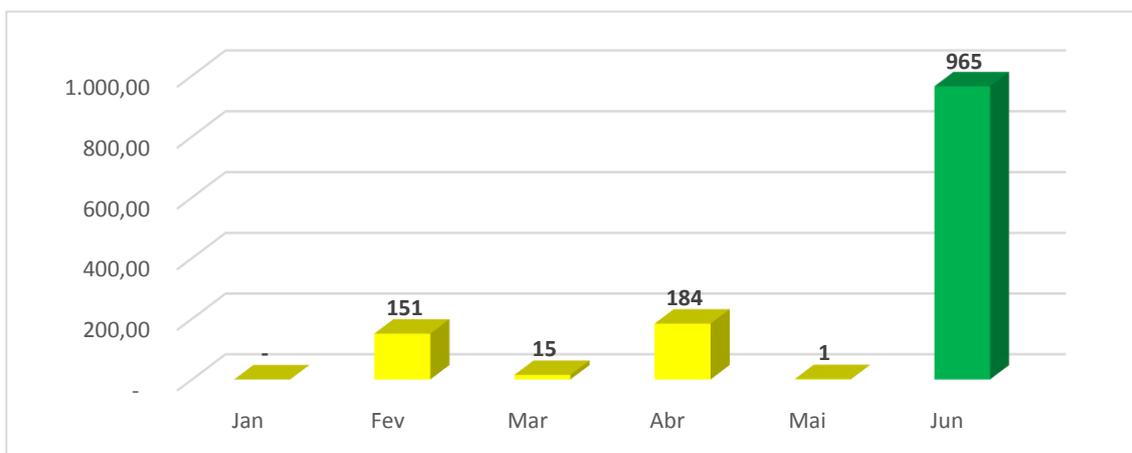
Fonte: Sisbio/Conab

Gráfico 8 - Execução da PGPM-Bio – 1º Semestre de 2017 Por Mês – Valor (R\$)



Fonte: Sisbio/Conab

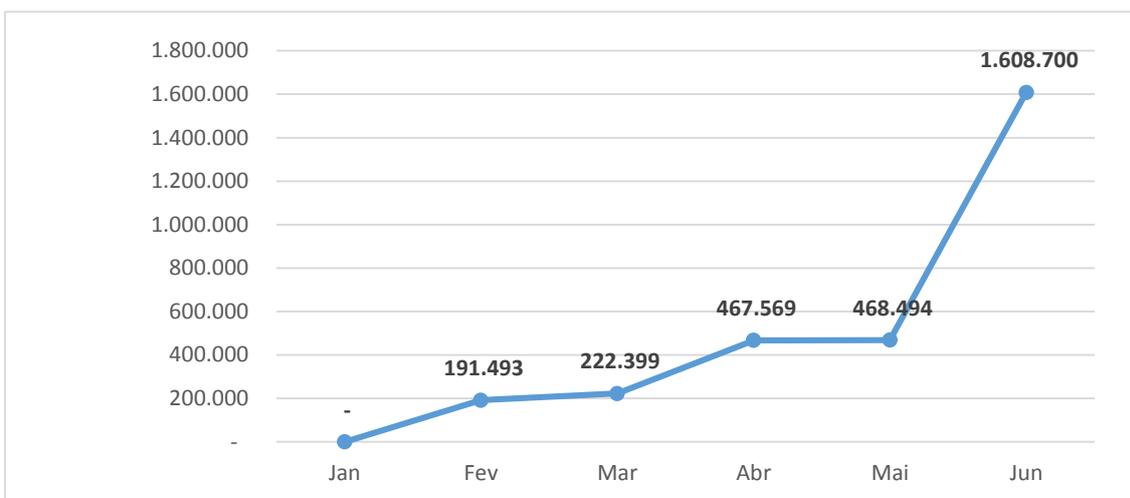
Gráfico 9 - Execução da PGPM-Bio – 1º Semestre de 2017 Por Mês – Quantidade de Produtores



Fonte: Sisbio/Conab

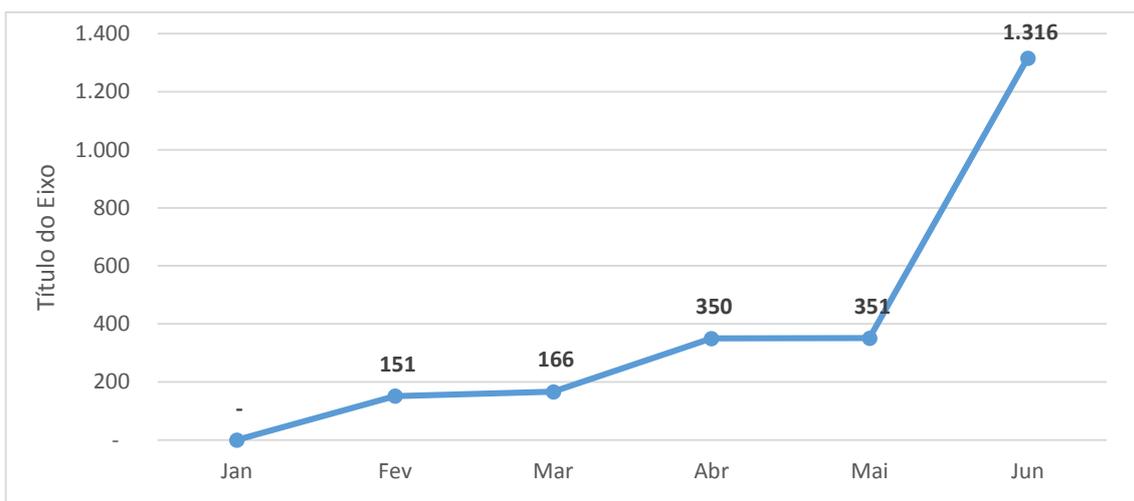
Os gráficos que seguem apontam a evolução mensal acumulada da execução da PGPM-Bio, onde podemos perceber o salto ocorrido no mês de junho, mês subsequente à assinatura da Portaria Orçamentária referente ao ano de 2017.

Gráfico 10 - Evolução Mensal Acumulada da Execução da PGPM-Bio – 1º Semestre de 2017 Valor (R\$)



Fonte: Sisbio/Conab

Gráfico 11 - Evolução Mensal Acumulada da Execução da PGPM-Bio Quantidade de produtores



Fonte: Sisbio/Conab

Destaca-se, porém, que a execução da PGPM-Bio no 1º semestre de 2017 concentrou-se em junho devido a Portaria Interministerial nº 546, que liberou os recursos para os pagamentos, ter sido publicada em 26 de maio de 2017.



ISSN: 2527-1598



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO

